



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

DAVI EUGÊNIO SERAFIM CRISPIM

**IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA INSTALAÇÃO DA EMPRESA DE
CIMENTOS DO GRUPO ELIZABETH NO MUNICÍPIO DE ALHANDRA**

JOÃO PESSOA

2020

DAVI EUGÊNIO SERAFIM CRISPIM

**IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA INSTALAÇÃO DA EMPRESA DE
CIMENTOS DO GRUPO ELIZABETH NO MUNICÍPIO DE ALHANDRA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Economia pela Universidade Federal da
Paraíba.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Liédje Bettizaide
Oliveira De Siqueira.

JOÃO PESSOA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

C932i Crispim, Davi Eugênio Serafim.

Impactos sociais e econômicos da instalação da empresa
de cimentos do Grupo Elizabeth no município de Alhandra
/ Davi Eugênio Serafim Crispim. - João Pessoa, 2020.
53f. : il.

Orientação: Liédje Bettizaide Oliveira de Siqueira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Indústria motriz. 2. Elizabeth Cimentos. 3. Alhandra
- PB. 4. Economia regional. I. Siqueira, Liédje
Bettizaide Oliveira de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 332.1

DAVI EUGÊNIO SERAFIM CRISPIM

**IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA INSTALAÇÃO DA EMPRESA DE
CIMENTOS DO GRUPO ELIZABETH NO MUNICÍPIO DE ALHANDRA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Curso de Ciências
Econômicas do Centro de Ciências Sociais
Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal
da Paraíba (UFPB), como requisito parcial
para a obtenção do grau de Bacharel em
Economia.

Aprovado em: 14 de Agosto de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Liédje Bettizaide Oliveira De Siqueira - Orientadora
UFPB

Prof. Dr. Laércio Damiane Cerqueira Da Silva
UFPB

Prof. Dr. Jevuks Matheus De Araujo
UFPB

Emitido em 14/08/2020

TERMO Nº 01/2020 - CCSA - DE (11.01.13.02)
(Nº do Documento: 1)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 23/11/2020 16:31)
LIEDJE BETTIZAIDE OLIVEIRA DE SIQUEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
1466441

(Assinado digitalmente em 20/11/2020 15:28)
LAERCIO DAMIANE CERQUEIRA DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO
SUPERIOR 2878409

(Assinado digitalmente em 30/11/2020 19:21)
JEVUKS MATHEUS DE ARAUJO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
1861745

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2020**, documento (espécie): **TERMO**, data de emissão: **20/11/2020** e o código de verificação: **41175f4b72**

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho ao meu Pai, a minha esposa, ao meu filho, ao meu avô (in memorian) e a minha mãe (in memorian).
E a Deus fruto de esperança e amor.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer aos docentes que se dispuseram a me estender a mão na reta final do curso de graduação. Meus mais sinceros e profundos agradecimentos à Liédje Siqueira, minha orientadora, que de forma quase maternal me adotou como orientando e me ajudou além do limite de sua agenda. Seu direcionamento foi fundamental para a conclusão da minha graduação, não teria conseguido me formar sem sua ajuda. Serei eternamente grato. Estarei sempre à disposição.

À Laércio Cerqueira e Jevuks Matheus por terem se prontificado a participar como membros da banca examinadora. Sem a ajuda de vocês eu também não teria conseguido finalizar a graduação em economia. Serei eternamente grato. Estarei sempre à disposição.

A todos os professores do Departamento de Economia da UFPB por terem compartilhado um pouco de suas mentes brilhantes comigo. Em especial à Sinézio Fernandes, Adriano paixão, Ademário Felix e Alexandre Martins.

À minha família, eu agradeço primeiramente ao meu grande herói e pai José Nilson por toda compreensão, amor e ensinamentos. Depois a minha esposa, Maria Carolina, minha grande companheira de vida, meu porto seguro; e ao meu filho Davi Bento por representar todo amor dessa vida. Em seguida agradeço a base da minha formação como ser humano construída pela minha mãe Ana Suelly (in memorian) e ao meu avô José Nilson (in memorian), dois anjos que passaram aqui na Terra. Aos meus irmãos, José Nilson e Maria Eduarda, por todos os momentos compartilhados.

Aos meus tios paternos, George e Ana Elizabeth, por terem me estendido a mão quando precisei. À minha avó paterna, Vera Maria. Ao meu padrinho Álvaro Gadelha e toda sua família por toda proteção. Aos meus tios maternos, Pércles, Cristiana e Giana, por todo carinho. Aos meus avós maternos, Pércles e Suelly.

Também quero agradecer especialmente a minha sogra Joelma e ao meu sogro Bento. À toda minha família, e aos meus amigos de Londrina.

E a todos que me ajudaram direta ou indiretamente.

Que Deus ilumine vocês sempre.

“Aproveita a viagem que um dia a viagem termina” (Gabriel o Pensador)

“Cuide de quem corre do seu lado e quem te quer bem essa é a coisa mais pura”
(Chorão)

RESUMO

O presente estudo consiste em verificar se a instalação da empresa de cimentos do Grupo Elizabeth no município de Alhandra na Paraíba, a qual iniciou suas obras em 2012 e começou suas atividades operacionais em 2015, contribuiu significativamente para o desenvolvimento local no período compreendido entre 2012 e 2019. Para tanto, o trabalho tem como objetivos específicos: qualificar a Paraíba no setor de cimentos; verificar o impacto da empresa nas finanças públicas do município; indicar contribuição para a atividade econômica da empresa na região; observar o comportamento de dados sociais no período; e por fim discorrer sobre informações pontuais concedidas pela empresa. Foi verificado que empresa de cimentos faz parte de um polo cimenteiro em ascensão na Paraíba, ao passo que o setor de cimentos no estado apresenta uma trajetória ascendente, crescendo proporcionalmente mais que todas as regiões do Brasil. Depois, constatou-se que já nos primeiros anos de operação a empresa conseguiu impactar de forma significativa as finanças públicas e a atividade econômica no município de Alhandra, porém não houve nenhuma mudança expressiva em relação aos dados sociais. Por fim, foi apresentado informações pontuais fornecidas pela empresa na qual foi possível verificar o estabelecimento de parceria público privada entre a empresa e o estado, contudo a empresa sofreu com a falta de ajuda do agente público em determinadas situações. Por tanto, conclui-se que a empresa promove crescimento regional, porém sua atuação é limitada na questão social, sendo o papel intrínseco à alocação de recursos por parte do agente público.

Palavras-chave: Indústria motriz. Elizabeth Cimentos. Alhandra. Economia regional.

ABSTRACT

O The present study consists in verifying whether the installation of the cement plant of the Elizabeth Group, which started its constructions in 2012 and started its operational activities in 2015, contributed significantly to the growth and development of Alhandra city located in the state of Paraíba in the period between 2012 and 2019. To this end, the work has specific objectives: to qualify Paraíba in the cement sector; to verify the impact of the company in the public finances of Alhandra; to indicate the contribution to the economic activity of the company in Alhandra; to observe the behavior of social data in the period; and finally, to talk about specific information made available by the company. It was verified that the cement company is a part of a rising cement pole in Paraíba, while the cement sector in the state presents an upward trajectory, growing proportionally more than all regions of Brazil. Then it was verified that already in the first years of operation the company managed to have a significant impact on public finances and economic activity in Alhandra, but there was no significant change in relation to social data. Finally, it was presented other information provided by the company where it was possible to verify the establishment of a public-private partnership between the company and the state, however the company suffered with the lack of help from the public agent in a certain situation. Therefore, it was concluded that the company promotes regional growth, but its performance is limited in the sense of bringing about social development, the role being intrinsic of the allocation of resources by the public agent.

Keywords: Polo. Motor industry. Cements. Elizabeth Cements. Alhandra. Public finances. Development. Regional economy.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - VENDAS DE CIMENTO POR REGIÕES E ESTADO DA PARAÍBA (x1000T) EM 2014 E DE 2017 A 2019.	30
GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PARAÍBA NAS VENDAS DE CIMENTO NACIONAL E REGIONAL (%) EM 2014 E DE 2017 A 2019.	31
GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS VENDAS DE CIMENTO DA ELIZABETH CIMENTOS NA PARAÍBA (%) DE 2017 A 2019.	32
GRÁFICO 4 - IPM E COTA-PARTE ICMS DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA DE 2014 A 2019....	34
GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO RECOLHIMENTO DO ICMS DA ELIZABETH CIMENTOS NA COTA-PARTE DO ICMS E RECEITAS TOTAIS EM ALHANDRA DE 2015 A 2019.	36
GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA ELIZABETH CIMENTOS NA COTA-PARTE DO ICMS E RECEITAS TOTAIS EM ALHANDRA, EXCETO COTA-PARTE ROYALTIES DE 2015 A 2019.	37
GRÁFICO 8 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO E POSIÇÃO DA VARIÁVEL NO RANKING ESTADUAL DE 2012 A 2018.....	43
GRÁFICO 9 - SALÁRIO MÉDIO MENSAL (QUANTIDADE DE SALÁRIOS MÍNIMOS) E RANKING ESTADUAL DE 2012 A 2018.....	44
GRÁFICO 10 - MONTANTE DE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA E O RANKING ESTADUAL DE 2012 A 2018.	45
GRÁFICO 11 - TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (ÓBITOS POR MIL NASCIDOS VIVOS) E RANKING ESTADUAL DE 2012 A 2017.....	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ICMS LÍQUIDO RECOLHIDO PELA ELIZABETH CIMENTOS(R\$) DE 2015 A 2019.	34
TABELA 2 - ICMS LÍQUIDO RECOLHIDO PELA ELIZABETH CIMENTOS QUE RETORNOU AOS COFRES PÚBLICOS (R\$) DE 2015 A 2019.	35
TABELA 3 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE ALHANDRA (R\$ 1000) DE 2014 A 2019.	35
TABELA 4 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS REALIZADAS EM ALHANDRA SEM A COTA-PARTE DOS ROYALTIES EM R\$ 1000 DE 2014 A 2019.	36
TABELA 5 - GASTOS EM VALORES MONETÁRIOS (R\$ 1000) DA EMPRESA CIMENTO ELIZABETH POR ESTADOS DE 2015 A 2019.	38
TABELA 6 - TOTAL DE GASTOS DA ELIZABETH CIMENTOS NOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA (R\$ 1.000) DE 2015 A 2019.	38
TABELA 7 - COMPOSIÇÃO DO PIB A PREÇOS CORRENTES (R\$ 1.000.000) NO MUNICÍPIO DE ALHANDRA DE 2014 A 2017.	39
TABELA 8 - GASTOS DA ELIZABETH CIMENTOS EM ALHANDRA EM TERMOS DO PIB E SEUS COMPONENTES A PREÇOS CORRENTES DE 2015 A 2017.	39
TABELA 9 - VARIAÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO DE ALHANDRA ANUAL DE 2015 A 2017.	40
TABELA 10 - VALORES REALIZADOS NA ELIZABETH CIMENTOS EM TERMOS DO PIB A PREÇOS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE ALHANDRA DE 2015 A 2017.	41
TABELA 11 - EMPREGOS DIRETOS DA EMPRESA DE CIMENTOS DO GRUPO ELIZABETH DE 2015 A 2019.	42
TABELA 12 - COMPORTAMENTO DO IDEB EM 2011, 2013, 2015 E 2017.	46

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL – ÊNFASE NA AGLOMERAÇÃO TERRITORIAL.....	15
3 LITERATURA RECENTE.....	22
3.1 CONTEXTO DO EMPRESÁRIO NA PARAÍBA.....	22
3.2 RECORTES ESPACIAIS	24
4. METODOLOGIA.....	26
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5.1 PARAÍBA DENTRO DO CENÁRIO DO SETOR CIMENTEIRO NACIONAL	29
5.2 IMPACTO NAS FINANÇAS PÚBLICAS.....	32
5.3 CONTRIBUIÇÃO PARA A CADEIA PRODUTIVA	37
5.4 IMPACTOS NOS DADOS SOCIAIS	40
5.5 INFORMAÇÕES PONTUAIS PERTINENTES.....	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
7 REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de estagnação econômica, fica evidente a necessidade de discutir o que está por trás de tal fenômeno. Muito é esperado da ciência econômica no sentido de trazer luz aos temas que assolam o crescimento dos países, regiões e demais localidades. Porém, antes de qualquer avanço das recomendações de políticas econômicas, as quais devem indicar o caminho para o desenvolvimento sustentável, é imperativo entender a conjuntura onde os fatores sociais e econômicos estão inseridos.

A má gestão dos recursos escassos por parte do setor público é refletida em obras inacabadas, educação de baixa qualidade, saúde precária e insegurança dentro de um espaço geográfico. As causas desse problema podem começar simplesmente por um diagnóstico errado do contexto socioeconômico. A importância da construção de análises assertivas passa pela identificação das peculiaridades relativas à determinada localidade, fundamentando, então, a necessidade da produção de conhecimento personalizado.

Sendo assim, é papel da ciência econômica entender como funciona a relação entre as atividades de produção e consumo circunscritas em um local.

Uma das vertentes do arcabouço teórico da ciência econômica que se encarrega de estudar tais particularidades locais é a economia regional, a qual tem como definição, segundo Dubey (1964), o estudo, na perspectiva econômica, da heterogeneidade regional nos aspectos intrarregional e inter-regional, onde não há perfeita distribuição de recursos e mobilidade.

Isso exposto, o tema amplo a ser abordado por essa monografia é a análise do empresariado no contexto da economia regional.

Para adentrar no tema, será analisada a indústria cimenteira na Paraíba, analisando o cenário nacional no qual a indústria está inserida, para que depois seja analisado o impacto da instalação da empresa de cimentos no município de Alhandra.

Partindo de um panorama nacional, o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC) mostra que em 2016 o setor de cimentos no Brasil obteve uma receita bruta de R\$ 21,6 bilhões, representando 10% do valor adicionado ao PIB da indústria de materiais da construção, empregando 28.400 pessoas diretamente e 115.000

indiretamente. O volume de vendas para o ano foi 57.630 mil toneladas de cimento SNIC (2018).

Já em 2019, o setor alcançou R\$ 26,4 bilhões de receita bruta, equivalente a uma arrecadação líquida de R\$ 3 bilhões de tributos, de acordo com SNIC (2020). Os dados correspondem a 54.534 mil toneladas de cimento vendidas no ano.

A contribuição da região Nordeste para os números nacionais referidos, foi a venda de 12.908 mil toneladas em 2016, e 11.036 mil em 2019. Representando 22,40% e 20,24% do volume nacional respectivamente.

Na Paraíba, o setor de cimentos comportou-se de maneira diferente frente à queda significativa das vendas nos âmbitos nacional e regional. Em 2014, o estado vendeu 2.297.146t, contra uma venda de 2.263.671t em 2019 (até novembro), mostrando grande estabilidade do setor no estado.

No mesmo ângulo, os dados de produção do setor no estado aumentaram, saindo de 2.291.646t em 2014, para 2.550.521t em 2019 (até novembro). Já o consumo de cimentos no estado declinou, e acompanhou a tendência nacional, caiu de 1.363.894t em 2014, para 613.093t em 2019 (até novembro) (SNIC, 2020).

A Paraíba, então, mostrou-se um *outlier* no setor cimenteiro, aumentando produção e vendas no período de 2014 a 2019, mesmo frente à contração nacional do setor, a qual é reflexo da perpetuação da crise instaurada no Brasil a partir de 2015, onde o país vem acumulando sucessivas taxas de contração do PIB.

Faz-se oportuno, então, contextualizar a região e o estado em termos de PIB. Segundo dados do IBGE (2020), a região Nordeste, a qual é composta por nove estados, representou 14,48% do PIB nacional em 2017. Sendo cerca de duas vezes menor que o PIB do estado de São Paulo para o mesmo ano que foi de R\$ 2,1 trilhões.

Já a Paraíba obteve um PIB de R\$ 62 bilhões em 2017. Sendo o nono menor do Brasil, e quarto menor do Nordeste. Em comparação com São Paulo, a Paraíba alcança apenas 2,94% do seu PIB.

Esse quadro denota uma clara concentração de riquezas no Brasil, onde existem estados pobres como a Paraíba e regiões em situações extremamente diferentes como o caso da região Sudeste que representa 52,87% do PIB nacional.

Nesse panorama, a indústria de cimentos pode representar uma ajuda no sentido de reduzir as desigualdades entre as regiões.

Para situar o potencial do estado, A Paraíba dispõe de largas reservas de calcário, o qual representa 70% dos insumos crus do processo de produção cimento, e por isso uma planta industrial tem que se localizar no mesmo local da jazida do mineral. O mineral é uma rocha sedimentar e sua ocorrência é restrita a certos lugares, revelando a vocação para a produção de cimentos da região que dispõe de reservas de calcário.

Porém, o grande desafio de se explorar o potencial cimenteiro da Paraíba, como em qualquer outra região, é a harmonia entre os agentes públicos e privados. O agente privado detém o capital para investir na indústria que gerará emprego e renda, e o agente público deve promover os corretos estímulos para a atração desse capital, no tocante ao ambiente econômico e incentivos diretos.

Sendo assim, uma vez estabelecida essa harmonia, e o investimento privado concretizar-se, de que forma a indústria pode contribuir para o crescimento e/ou desenvolvimento no local onde está inserida?

Partindo desse questionamento, esse trabalho irá analisar um caso prático de uma planta industrial de cimentos instalada no município de Alhandra-PB, proveniente de investimento privado.

Para tanto, o objetivo geral desse trabalho é construir uma análise comparativa entre os dados operacionais da empresa de cimentos do Grupo Elizabeth e os dados sociais e econômicos do município de Alhandra, além dos dados do setor de cimentos. Buscando, assim, produzir conhecimento para fomentar discussões sobre estratégias relativas às decisões dos agentes públicos e privados no tocante ao desenvolvimento regional.

Os objetivos específicos estão separados em seis segmentos, que seguem:

- Qualificar a Paraíba como um potencial grande ator no setor de cimentos em nível nacional;
- Indicar a importância da empresa de cimentos nas finanças públicas do município de Alhandra, mesmo com subvenções de impostos concedidas;
- Entender a contribuição da empresa de cimentos para atividade econômica no município de Alhandra;

- Expor os dados sociais e econômicos do município de Alhandra observados a partir do início da operação da empresa de cimentos;
- Discorrer sobre informações adicionais fornecidas pela empresa.

Essa pesquisa justifica-se pela relevância que a indústria de base cimenteira tem na economia do país em termos de geração de emprego, participação no PIB, e a aparente vocação regional da Paraíba para o desenvolvimento desta atividade. Visto que a expectativa é de uma retomada significativa do setor, faz-se oportuno discutir como o setor público e privado podem agir a fim de gerar ganhos líquidos para a sociedade.

O segundo tópico contém uma apresentação sobre as bases teóricas da economia regional, desde os teóricos clássicos da localização até a década de 1950, com destaque para as ideias acerca da indústria motriz.

No terceiro tópico, foi discutido dois trabalhos recentes sobre o tema abordado. A visão dos problemas regionais na ótica dos empresários locais foi evidenciada.

O quarto tópico trata da metodologia, que explicita o procedimento para a construção da análise relacional entre empresa e município. No quinto tópico, serão apresentados os resultados encontrados junto com várias inferências no sentido de constatar a influência exercida pela empresa de cimentos no município.

Por último, as considerações finais, de acordo com os resultados encontrados, foram feitas com objetivo de concatenar as informações observadas, propondo recomendações pertinentes ao desenvolvimento regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o pensamento científico sobre a economia regional focalizado nas ideias de Perroux (1955), Hirschman (1958) e Myrdal (1957).

Para tanto, esse capítulo apoia-se no trabalho de Monastério e Cavalcante (2011) e nos textos originais dos autores citados.

No sentido de realizar uma clara ligação da investigação teórica e o tema delimitado na introdução, serão feitas pontuações nas ideias dos autores quando citado o papel dos empresários no desenvolvimento econômico regional.

2.1 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL – ÊNFASE NA AGLOMERAÇÃO TERRITORIAL

Os teóricos do desenvolvimento regional desenvolvem suas teorias com ênfase na aglomeração territorial. François Perroux é o primeiro a lançar sua obra introduzindo o conceito de polos de crescimento, o qual é a base para a ideia de que o crescimento econômico ocorre de maneira desigual entre as regiões. Logo após, Myrdal lança seu trabalho, aprofundando-se na natureza das desigualdades espaciais, dizendo que as economias experimentam um círculo vicioso, ele propôs o princípio da causação circular e acumulativa.

Em 1958, Albert Hirschman trouxe o conceito de encadeamentos na economia, expandido a análise para uma visão mais holística. Antes disso, ele contribui para uma análise de dualismo na economia (MONASTERIO e CAVALCANTE, 2011).

Partindo para o aprofundamento, a grande contribuição de Perroux (1955) foi a introdução do conceito polo de crescimento. O ponto de partida da sua obra é constatação da simplicidade das ideias de equilíbrio estático e crescimento equilibrado, afirmando que tais modelos são notoriamente não aplicáveis para a representar a realidade, pois proclamam que os fatores de produção e a moeda se multiplicam na mesma proporção que o produto ao passar do tempo. Quando na realidade existem mutações estruturais e oscilações no crescimento. Por isso, servem para fins didáticos e não para explicar a dinâmica de uma economia.

Perroux (1955) afirma que o crescimento econômico é heterogêneo em termos de localização geográfica. Ou seja, não ocorre da mesma forma em todo lugar, algumas localidades crescem rapidamente em detrimento de outras que ficam estagnadas.

Porém, há uma expectativa de efeito difusor com o crescimento de uma indústria. Os ciclos econômicos que se sucedem devem abrir espaço para inovação dos processos produtivos com efeitos positivos no produto de curto prazo, levando a mudanças estruturais no longo prazo.

Perroux (1955) mostra que indústria motriz é aquela que incorpora bem a tecnologia e divisão de tarefas para alcançar taxas elevadas de crescimento. Após um período de ascensão, a indústria motriz vai experimentar retornos decrescentes marginais e ver a demanda pelo seu produto tornar-se menos elástica. O autor, então, lança questionamentos de como essa indústria impacta o seu entorno geográfico. Colocando que as firmas estão inter-relacionadas.

Portanto, não apenas as decisões individuais de compra e venda no mercado de fatores vão promover a maximização de lucros, mas também a influência que cada firma tem sobre a outra no mercado de fatores adicionada a tecnologia empregada no processo produtivo que determinará a maximização dos lucros individuais e coletivos. O desfecho é que o crescimento de longo prazo é um consciente coletivo.

O produto global de uma economia vai absorver as contribuições da indústria motriz, a qual é justamente fruto do empreendedorismo individual e regional, colocados em prática através de plano empresariais ajustados as condições de temperatura e pressão da conjuntura econômica. De acordo com Perroux (1955) “Um ou mais agentes se propõem a enfrentar uma situação nova. Julgam-na possível. Assumem os riscos de sua realização”.

Nesse ponto, pode-se depreender que toda ideia de polo de crescimento, sustentada pela indústria motriz, fundamenta-se na premissa de assunção de riscos por parte dos empreendedores. Portanto, sem a iniciativa empresarial não há crescimento econômico.

A linha de raciocínio para a continuidade do crescimento econômico regional é estender a análise de uma indústria motriz para complexo de indústrias.

Para tanto, Perroux (1955) coloca que “se todos os fatores ociosos empregados forem ociosos e se a criação não acarretar prejuízos para nenhum setor, o produto da indústria irá representar aumento líquido global da economia, gerado na fase antecedente”.

A tendência é que as indústrias motrizes sejam mais produtivas, sendo a alocação de fatores direcionados para elas, uma estratégia capaz de proporcionar um aumento de produtividade geral na economia local.

Uma nova indústria instalada induz crescimento no ambiente no qual está inserida, aumentando os níveis dos produtos adicionais dos seus vizinhos, assim como adiciona o seu produto ao produto global.

Nesse momento, é introduzido a importância da inovação. A qual traz consigo efeitos “desestabilizantes”, pois uma execução bem feita de uma inovação constrói firmas mais produtivas que acrescentam desigualdades no ambiente competitivo, sendo molas propulsoras da produtividade global.

Perroux (1955) ressalta, então, que com maior dinamismo econômico há um natural caminho que leva a harmonia social. Essa comunhão entre economia e sociedade joga luz na necessidade de avanços jurídicos e institucionais convergentes para uma distribuição social dos avanços obtidos.

Partindo para o segundo ponto, complexo de indústrias, Perroux (1955) aponta o pressuposto que diferencia sua análise da análise estacionária, que é adoção de concorrência monopolística ao invés da concorrência perfeita como estrutura de mercado.

O complexo de indústrias é analisado a partir de três elementos, indústria-chave, regime não concorrencial do complexo e a aglomeração territorial.

O primeiro ponto é apenas uma definição mais profunda de indústria motriz. A indústria chave naturalmente promove aumento de vendas das indústrias movidas, a partir de um processo circular onde o aumento de suas próprias vendas proporciona uma redução de sua estrutura de custos fixos, que por sua vez influencia a indústria chave a reduzir os preços dos seus produtos, causando assim um aumento do seu próprio volume de vendas e conseqüentemente uma maior demanda de bens e serviços das indústrias movidas.

O importante papel do Estado é destacado por Perroux (1955), no sentido de fazer uso de suas atribuições para garantir os corretos incentivos às

indústrias chave. Pois talvez possam optar por não baixarem seus preços, pelo fato de serem monopolistas.

Contudo, é necessário satisfazer determinadas condições para uma indústria se encaixar como indústria chave. Primeiro deve ser observado um conjunto de indústrias movidas, as quais receberiam influência; depois, é preciso constatar esse poder influenciador por períodos sucessivos; e, então, verificar a construção de um complexo formado pelas indústrias motrizes e suas respectivas movidas. Nesse ponto, Perroux (1955) ressalta que as indústrias motrizes são privilegiadas por serem o destino dos recursos que naturalmente vão proporcionar uma alocação ótima das forças produtivas na economia local.

Sobre o regime do complexo de indústrias, Perroux (1955) fala que o efeito “desestabilizante” causado pelas oscilações das indústrias, as quais lutam pela figura de monopolista dominante, vai fazer nascer um surto de crescimento no longo prazo, por meio da dominância final de uma indústria chave. Com isso, fala que um estrutura de monopólio traz mais benefícios em termos de produtividade e acumulação de riqueza do que um regime de maior concorrência.

Contudo, Perroux (1955) salienta que a expansão e o crescimento são resultado da combinação do Estado e indústria dominante.

Após a ascensão do polo, fatalmente ocorrerá seu declínio. As vicissitudes políticas e a inflexibilidade para inovação cumprem seu papel de levar o polo rumo a estagnação.

A integração dos diversos polos de crescimento não forma um território bem distribuído e provedor das condições para o rumo do crescimento. Ainda existirá regiões que serão detentoras de maior produtividade, capital monetário e recursos humanos e que no fim da equação espalham os fenômenos de crescimento.

Perroux (1955) encerra seu texto colocando luz sobre o problema que a dialética marxista representa. Uma ideia que incitou uma discussão desproporcional sobre o conflito entre as forças de produção e as forças institucionais.

Para Perroux (1955), o avanço tecnológico vai sempre impor sua força frente aos abusos de caráter oligopolista do Estado, e que a redução desses abusos é fundamental para uma política que vise uma trajetória de crescimento sustentável em âmbito mundial.

Derivando para um contraponto de Perroux (1955), Monastério e Cavalcante (2011) aponta que mesmo “sem um modelo formal”, Myrdal (1957) constrói sua argumentação baseada no “relato de uma trajetória provável de desenvolvimento regional e na ideia de causação circular e acumulativa”. Em sua obra, Gunnar Myrdal desenvolve observações que vão desde a desigualdade racial nos Estados Unidos até supostos dogmas encontrados na Bíblia que contribuem para um consciente coletivo de desigualdades crescentes.

Contudo, Myrdal (1957) faz duras críticas às ideias de Perroux (1955), sem citá-lo diretamente, no sentido de que um grande polo industrial pode acabar drenando as riquezas de uma área periférica, a qual não tem dotação de fatores para realizar um fornecimento sustentável destinado a zona central. Entre outros exemplos, a mão de obra que pode ficar indisponível para a zona periférica após ser sugada pelas zonas centrais.

O princípio da causação circular e acumulativa, Myrdal (1957) consiste na ideia de um “círculo vicioso da pobreza” na economia. O autor expõe um processo onde o homem por ser pobre, é subnutrido e por conseguinte vai ficar doente, o impedindo de trabalhar e deixando-o mais pobre que no início do processo. Onde o oposto, é verificável quando o processo parte de um grupo que detém riqueza e capacidade de trabalho.

Na dinâmica entre regiões e países, o princípio vai sustentar-se na ideia de que haverá uma migração seletiva de capitais, onde as regiões centrais vão drenar capitais e trabalho das regiões mais pobres, impulsionando o processo circular e acumulativo.

O processo circular e acumulativo comporta-se de maneira diferente nos países e nos países ricos. Nos ricos, a causa diminuição das disparidades regionais, e nos pobres causa aumento das disparidades entre regiões. Quanto maior o nível de desenvolvimento econômico de um país, maiores os “*spread effects*” e mais facilmente os “*backwash effects*” são neutralizados.

Myrdal (1957) fala da possibilidade de que forças exógenas atuem de modo a instaurar o equilíbrio no sistema, mas apenas será possível o alcance de equilíbrio com políticas públicas bem planejadas com único intuito de promover estabilidade. Pois o resultado natural das forças que atuam no sistema é a instabilidade.

Para tratar do papel do estado, Myrdal (1957) resgata suas constatações de que as desigualdades regionais nos países subdesenvolvidos são maiores do que nos países desenvolvidos, e que nesses elas são decrescentes.

Myrdal (1957) fala que todas as nações que atingiram a um “Estado do Bem Estar”, caracterizado pelo desenvolvimento econômico menos desigual entre suas regiões, o conseguiram por medidas estatais que anularam os “*backwash effects*”.

Para se chegar ao desenvolvimento econômico igualitário é necessário que as regiões mais ricas realizem sacrifícios. O que significa uma ação deliberada do estado para drenar recursos das regiões centrais, estabelecendo uma onda de “*spread effects*” nas regiões periféricas.

Ao contrário de Myrdal (1957), que trata a desigualdade como um problema que precisar ser imediatamente resolvido, Monastério e Cavalcante (2011) afirma que “Hirschman (1958) a considera uma necessidade ou quase um requisito do processo de desenvolvimento”.

Hirschman (1958) cita que as vantagens locacionais provenientes foram bem explicadas pela “teoria econômica da localização” e um ambiente favorável aos negócios, o qual propicie a proliferação de empreendimentos e inovações.

Sua maior contribuição foi na área de desenvolvimento econômico, foi a ideia de crescimento desequilibrado. Segundo Hirschman (1958), o progresso em região onde o um polo de crescimento está inserido, provocará “pressões, tensões e coerções” nas áreas estagnadas. Porém, sem uma sequência de desajustes a capacidade “transmissão inter-regional do crescimento” se torna especialmente fraca.

Hirschman (1958) aponta a existência de um “dualismo” nas economias que estão experimentando o crescimento econômico. Em um mesmo espaço geográfico podem grupos sociais distintos quanto a cultura, atividade econômica desempenhada, padrão econômico.

Nesse ponto da obra, Hirschman (1958) coloca que as classes econômicas em ascensão nas economias externas ao polo de crescimento, as quais estão em franco crescimento econômico, estendem suas demandas de consumo. Sendo assim, “uma série de empresas lhe oferecerão seus produtos, ajustados ao tipo de poder de compra “per capita” e ao tamanho do mercado descoberto”.

Percebe-se, então, a atribuição ao empresário de proporcionar estímulos a atividade econômica. O papel é destacado em seguida, “É necessário que haja inovadores [...] para conquistar um mercado mais amplo, assim como parecer ser necessário um tipo de audácia, capaz de implantar uma nova indústria básica, ou de perceber os potenciais de desenvolvimento das regiões mais atrasadas de um país em desenvolvimento”.

Todavia, por diversos motivos como o de sentimento de superioridade por parte a elite econômica das regiões centrais em detrimento do demais empresários de regiões menos desenvolvidas, a atuação empresarial pode excluir as regiões estagnadas do crescimento, promovendo o efeito polarização.

Os efeitos fluência e polarização, são apresentados na esteira no crescimento da região Norte. Tal crescimento trará efeitos positivos, de fluência, quando a região central empregar a mão de obra ociosa da região sul e demandar insumos provenientes da região periférica.

Porém, se não houver complementariedade dos produtos das duas regiões é possível que os efeitos de polarização se agravem. Ocorrendo migração do escasso recurso capital humano do Sul para o norte.

Se os efeitos de polarização se sobressaírem, Hirschman (1958) adverte que deverá ser adota uma política econômica a fim de dirimir esse fenômeno, e admite que as políticas são essenciais para o desenvolvimento econômico.

A conclusão dessa visitação à produção científica da economia regional, ao grande embate teórico da década de 1950, mostra que é imprescindível conhecer a trajetória passada para compreender onde as modernas teorias do desenvolvimento regional se apoiam.

Monastério e Cavalcante (2011), faz um desfecho com o intuito de conectar todo debate teórico com as políticas públicas naturalmente recomendadas, afirmando “[.] a produção teórica de autores como Perroux, por exemplo, resulta em recomendações razoavelmente diretas que envolvem, via de regra, a atração de indústrias motrizes”.

Desse modo, a apresentação realizada tem uma conclusão que claramente coaduna-se com o tema abordado por essa monografia.

3 LITERATURA RECENTE

Esse capítulo destina esforços para entender o contexto do empresário que atua na Paraíba, e traz conceitos sobre recortes espaciais.

Para tanto, será feita uma exposição do trabalho de Sousa e Albuquerque (2016), no qual foi elaborado um panorama dos problemas enfrentados pelos empresários no dia a dia. E para apontar a importância dos recortes espaciais, será visitado o artigo de Nasser (2000).

3.1 CONTEXTO DO EMPRESÁRIO NA PARAÍBA

Sousa e Albuquerque (2016) expõe a visão do empresariado inserido no estado no tocante aos desafios intrínsecos ao processo de industrialização da Paraíba.

O método utilizado no artigo é de caráter qualitativo, a qual desenvolve-se a partir de entrevistas realizadas com 14 empresários de diversos setores, além da Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP), a qual é representante dos industriários nas unidades federativas do estado brasileiro.

Sousa e Albuquerque (2016) aglutina a percepção dos atores do cenário industrial paraibano com intuito de compreender os fatores internos e externos a eles no que se refere ao processo de industrialização do estado. A princípio cita-se uma convergência lúcida entre eles, a qual é a não existência de uma política de industrialização focalizada para solucionar problemas inerentes à região e ao país, que se segue:

- Restrita oferta de serviços voltados à indústria;
- Infraestrutura deficiente;
- Falta de água e os impactos econômicos do período de seca;
- Recursos humanos com qualificação educacional limitada ou insuficiente;
- Questões tributárias e trabalhistas.

O contexto econômico estadual, no qual os pontos citados estão inseridos, pode ser apreendido, a princípio, pelo fato de o estado apresentar um pequeno grau de integração com o resto país, adicionado a uma forte concentração de renda na mesorregião, Zona da Mata, na ordem de 53% do PIB estadual. Além de

não contar com participação significativa “do setor moderno e de alta tecnologia na dinâmica da cadeia produtiva da indústria” de acordo com Sousa e Albuquerque (2016).

Presume-se, então, que a instalação de indústrias que incorporam no seu processo produtivo a alta tecnologia e produtividade é força propulsora do desenvolvimento regional no sentido de elevar o produto, gerar empregos, aumentar produtividade, gerar externalidade positivas na qualificação profissional e elevar a integração econômica com outras regiões.

O perfil industrial paraibano começa a moldar-se na década de 1960, no qual um direcionamento advindo da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) criou distritos industriais em dez municípios distribuídos por todo o estado, estes passaram a abrigar as indústrias extrativa, da transformação e construção civil.

Mesmo com o esforço empreendida na época, há uma clara concentração espacial das indústrias nas mesorregiões Agreste e Zona da Mata. Por conseguinte, essas mesorregiões detêm 70% da população total do estado, e seus produtos somados equivalem a 80% do PIB estadual segundo FIEP (2013, *apud* Sousa e Albuquerque, 2016).

Como aponta Cavalcanti Filho *et al.* (2011 *apud* Sousa e Albuquerque, 2016), a razão de haver concentração de tal magnitude deve-se ao fato de uma péssima ligação entre o litoral e o sertão do estado, somada a uma dificuldade de desenvolver transações comerciais.

Dessa forma, o desafio da economia paraibana está em superar um perfil industrial focalizado no histórico de “arranjos produtivos de baixo conteúdo tecnológico” predominantemente têxtil e calçadista.

Polari 2010 (*apud* Sousa e Albuquerque, 2016) coloca que o estado passa por uma grave estagnação econômica, causada por falta de integração com a economia nacional, concentração de renda e baixa participação do setor moderno.

Para superar essa conjuntura adversa, aponta Cavalcanti Filho *et al.* (2011 *apud* Sousa e Albuquerque, 2016) propõe “crescer a renda, a renda per capita acima da média nacional e erradicar a pobreza e o analfabetismo”.

Um dos mecanismos para endereçar as soluções citadas é o um investimento público, porém existe limite fiscal que impõe uma incapacidade dos

estados e municípios se autofinanciarem. Sendo assim, é imperativo a implantação de estratégias que acarretem investimentos provenientes da iniciativa privada (SOUSA e ALBUQUERQUE, 2016).

3.2 RECORTES ESPACIAIS

Nasser (2000) faz uma análise do “O Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento” encomendado pelo governo federal à época, com o intuito de identificar os gargalos que travam os desenvolvimentos inter-regiões. O estudo discorre sobre os problemas regionais com enfoque espacial não restrito as divisões geográficas administrativas das unidades federativas, possibilitando melhor inferência dos entraves em questão.

O estudo também destaca o novo papel que governo deve desempenhar, no sentido de induzir os investimentos privados.

Nasser (2000) faz menção as bases do pensamento econômico regional, a exemplo do foco da escolha ótima de localização presente na teoria clássica de localização, ao passo que também ressalta as influências de Keynes nos teóricos do desenvolvimento regional com ênfase na aglomeração territorial.

Essa menção contextualiza muito bem o desafio moderno da economia regional de convencer o grande público a importância da economia regional como ferramenta indispensável para a elaboração do correto diagnóstico dos problemas intrarregionais e inter-regiões.

Para isso, Guimarães (1997, p. 474 *apud* Nasser, 2000) diz ser indispensável “a construção de conceitos e a elaboração de uma metodologia que permita aprender a recortar as regiões, o que assegura ao estudo regional um campo particular da economia política espacial.”

Na continuação desse argumento, Nasser (2000) destaca que a melhor forma de se diagnosticar os problemas de uma localidade nem sempre é por meio do olhar à delimitação espacial administrativa, mas sim a partir de recortes espaciais com bases em premissas como renda per capita, integração da infraestrutura ou especificidades aparentes.

Assim, faz-se oportuno elencar importantes conceitos, os quais são exemplos dos recortes espaciais. Dessa forma, se segue:

“Eixo – Determinado corte espacial que focaliza sub-regiões dinâmicas onde a seleção das ações de desenvolvimento integrado permite maior propagação desse dinamismo para a região ou para o país. Mostra orientação para as potencialidades das sub-regiões, que podem ser agregadas para estabelecer capacidades de setores produtivos e vantagens na localização de atividades ainda não devidamente exploradas.

Polo – Cortes espaciais menores para áreas com real potencial de desenvolvimento, podendo ser um centro de interação entre o sistema produtivo e o desenvolvimento tecnológico. A comunidade é vista como protagonista, empreendedora, autônoma e interdependente, com um modelo de gerenciamento mais específico, voltado para a mobilização e a informação.

Cluster – Lugar geograficamente estabelecido onde várias empresas relacionadas e situadas ao longo da cadeia produtiva com elementos de apoio financeiro, estratégico e de infraestrutura competem e crescem, constituindo uma estrutura dinâmica.

Corredor – Elemento físico que integra os eixos, polos e clusters. As atividades a serem desenvolvidas estão ligadas aos conceitos de interligação estrutural dos clusters e áreas caracterizadas pelo desenvolvimento local. Em caso de eixos em maior escala, utiliza-se um eixo estruturante ao invés de corredores.” (NILDER, 1998 apud NASSER, 2000).

Os recortes espaciais conferem aplicação pragmática aos problemas teóricos levantados ao longo trabalho. Sem a construção desses, a análise regional dos problemas econômicos torna-se limitada às divisões regionais convencionais e formais do espaço. Podendo levar à incapacidade de verificação teórica no exercício da atividade econômica.

4. METODOLOGIA

Neste capítulo que se segue busca explicar de forma detalhada a metodologia utilizada para construir a seção de análise dos dados. A metodologia é de natureza exploratória, e traz uma abordagem quantitativa e qualitativa do tema, pois reúne séries históricas e informações recebidas por meio de conversa com pessoas ligadas à empresa estudada.

Os dados utilizados foram retirados de cinco fontes. A primeira fonte foi o Grupo Elizabeth, o qual é dividido em duas empresas a Elizabeth Cimentos (ECL) e a Elizabeth Mineração (EML), ambas estão no mesmo complexo e juntas formam a empresa de cimentos do Grupo Elizabeth. Contudo, devido à divisão geográfica dos municípios, a ECL está inscrita no município de Alhandra e a EML está inscrita em Pitimbu. A ECL é a indústria de transformação propriamente dita, enquanto a EML é mineradora que fornece o calcário. Os dados de séries temporais foram obtidos através do recebimento de arquivos eletrônicos, e dados pontuais foram obtidos através de e-mails.

A segunda fonte, foi o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), essa instituição é responsável pela consolidação dos dados do setor de cimentos no Brasil. Através de seu site foi possível obter as séries temporais utilizadas. A terceira fonte de dados vem do IBGE, por meio do site dessa instituição foram obtidos os dados sociais e econômicos em séries temporais do município de Alhandra. A quarta fonte utilizada foi o SAGRES, portal de transparência do Tribunal de Contas da Paraíba (TCE-PB), dele foram extraídos os dados das finanças públicas do município de Alhandra. A quinta fonte de dados usada vem da Secretaria de Estado da Fazenda da Paraíba (SEFAZ-PB), pelo site da SEFAZ-PB foi retirada a informação sobre Índice de Participação dos Municípios (IPM), que indica o montante da cota parte de ICMS devido ao município de Alhandra pelo estado. Além das cinco fontes citadas, também, foi usado um relatório da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para extrair informação pertinente acerca das finanças públicas do município de Alhandra.

Todos os dados mencionados estão situados entre 2012 e 2019, mas a maioria deles compreendem o período de 2014 a 2019, saindo de um ano antes da instalação da empresa de cimentos até o último ano calendário observado disponível.

O método, então, propõe cinco pontos para cumprir os objetivos propostos, os quais são interdependentes de certa forma, e suas conclusões juntas trazem um poder explicativo maior do que a capacidade individual isolada de cada ponto.

O primeiro ponto tem o objetivo de qualificar a Paraíba como um polo cimenteiro em ascensão, e toma como direcionamento teórico a escolha ótima de localização da firma baseado na redução dos custos de transportes.

Sendo assim, foi indicado abundância de reservas minerais de calcário na Paraíba que denota o potencial do desenvolvimento do setor de cimentos no estado. Logo após tal indicação, dois gráficos elaborados buscaram mostrar a crescente relevância da Paraíba em âmbito nacional, somados às explicações mercadológicas. Além de um gráfico que mostra a participação das vendas Elizabeth Cimentos (ECL) na Paraíba.

O segundo ponto é a análise do impacto nas contas públicas. Esse ponto foi dividido em quatro passos. O primeiro passo foi mostrar como funciona a distribuição de recursos do ICMS para os municípios e observar os valores históricos para Alhandra. O segundo passo foi mostrar os dados de ICMS líquido da Elizabeth Cimentos (ECL), ou seja, ICMS recolhido menos as subvenções concedidas, e mostrar uma estimativa do quanto desse recurso voltou aos cofres municipais. No terceiro passo é apresentado as principais contas das receitas realizadas pelo município, e analisada a participação relativa da ECL nas receitas arrecadadas. O quarto passo buscou exprimir uma melhor visão da participação relativa da ECL nas contas públicas do município ao passo que retira a cota parte de royalties de petróleo das receitas orçamentárias arrecadadas. Essa manobra justifica-se pelo fato de Alhandra e outros municípios paraibanos estarem em discussão judicial com a ANP sobre o direito de recebimento do recurso. Esses municípios não são produtores de petróleo ou gás natural, portanto nunca obtiveram o direito de receber, encontrando brecha na lei para ter usufruto do repasse. O repasse para Alhandra está em discussão no Tribunal Regional Federal e deverá ser interrompido em breve.

A contribuição significativa da empresa de cimentos é no ICMS, por isso a análise não irá estender-se para outras receitas orçamentárias do município como o FPM e FUNDEB.

O ponto três tem o objetivo de analisar a contribuição da empresa da Elizabeth Cimentos para a cadeia produtiva local. Dessa forma, analisou-se o montante despendido pela empresa no município e no estado. Depois foi feita uma relação dos números obtidos com o comportamento do PIB municipal.

O quarto ponto vai visualizar o comportamento dos indicadores sociais a partir da instalação da empresa de cimentos. A estratégia utilizada para exposição dos dados foi trazer a evolução dos valores nominais de cada indicador e a posição que Alhandra encontra-se no ranking estadual de cada indicador. Pela melhor disposição de dados, os indicadores escolhidos foram mortalidade infantil, índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb), pessoal ocupado assalariado, salário médio mensal e montante de salários e remunerações. O recorte temporal escolhido para os dados vai de 2012 até o último ano disponível anterior a 2020, e sua escolha se dá pelo fato de que foi o ano que se começou a obra da fábrica. Os dados serão colocados em gráficos acompanhados das discussões sobre os assuntos.

O quinto ponto é a exposição de dados pontuais enviados pelo Diretor Industrial da Elizabeth Cimentos. As informações não estão organizadas em série histórica, mas proporciona uma boa análise do engajamento empresarial na finalidade de fazer nascer o polo cimenteiro, e consequentemente desenvolver a região.

Entre outros dados, será apresentado o montante investido para a construção da linha de transmissão da energia elétrica de alta tensão para abastecer a inóspita região.

O trabalho procurou qualificar a Paraíba como polo cimenteiro e depois evidenciou correlações entre a atuação empresarial da empresa de cimentos do Grupo Elizabeth e os resultados sociais e econômicos já observados ao longo de cinco anos de existência da empresa, indo de 2015 a 2019. Instigando, assim, a discussão de como deve ser o papel do governo para atrair os investimentos aproveitando as vantagens locacionais oferecidas pelo polo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo procura-se cumprir os objetivos específicos propostos. Os gráficos, tabelas e figuras tem o objetivo de ilustrar a discussão sobre o tema. Como exposto na metodologia, a apresentação dos resultados procura integrar a investigação teórica com a realidade observada.

5.1 PARAÍBA DENTRO DO CENÁRIO DO SETOR CIMENTEIRO NACIONAL

A Paraíba em 2019, ficou com a sexta posição de maior estado vendedor de cimentos do Brasil, vendendo 2.264 mil toneladas de cimento. O número manteve-se estável em relação a 2014 *vis a vis* uma forte tendência de queda no cenário regional e nacional.

Essa estabilidade deve-se à tomada decisão empresarial com base em fatores locais, feita por dois grupos empresariais, Grupo Elizabeth e Brennand Cimentos. Juntos, instalaram indústrias com a mais alta tecnologia disponível em âmbito mundial, com capacidade de produzir conjuntamente mais de 3,6 milhões de toneladas de cimento por ano.

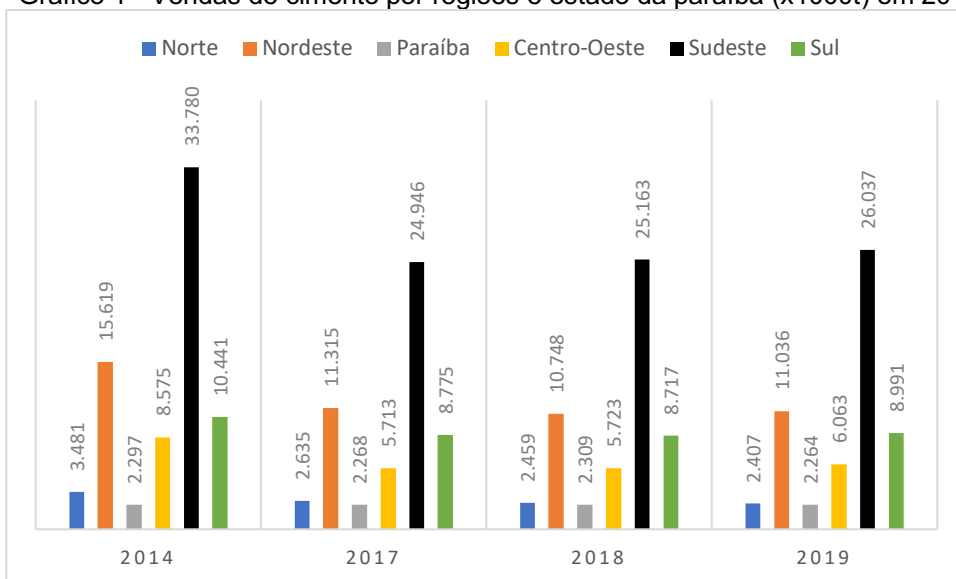
Essa decisão empresarial coaduna-se com uma importante característica do litoral paraibano, a abundância de reservas de calcário no montante de 1.419.447.114 toneladas de calcário, conforme informações extraídas de Medeiros *et al.* (2016). Em Alhandra, já existem 23 processos de requerimento de lavra de calcário junto a Agência Nacional de Mineração (ANM).

Uma evidência da atratividade da vantagem espacial “calcário”, decorrente de uma informação pública da ANM, é quantidade de 26 processos junto a ANM na Paraíba por parte de três grandes grupos empresariais do setor de cimentos, Votorantim, Lafarge Holcim e Inter Cement.

Com isso, a primeira etapa da verificação da crescente relevância da Paraíba no setor cimenteiro é a sua resiliência.

No gráfico 1 abaixo, as colunas de barras refletem a comparação entre os números de vendas das regiões do Brasil e da Paraíba em 2014 e de 2017 a 2019.

Gráfico 1 - Vendas de cimento por regiões e estado da Paraíba (x1000t) em 2014 e de 2017 a 2019.



Fonte: Elaboração

própria pelos dados do SNIC.

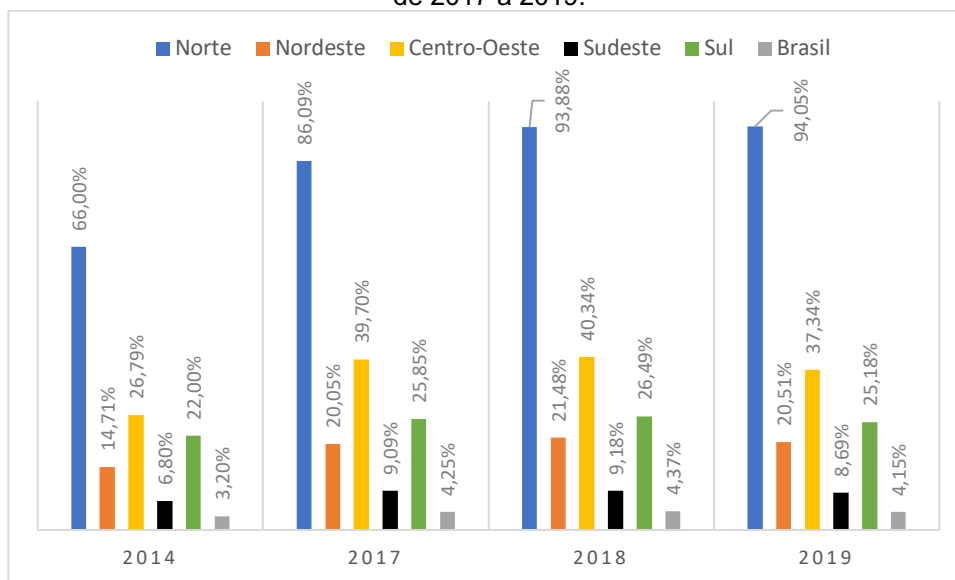
Nota: O SNIC não divulgou estes dados para os anos de 2015 e 2016.

De acordo com o Gráfico 1, verifica-se a grande liderança da região Sudeste nas vendas de cimentos nacional, tendo vendido em 2014, 33.780 mil toneladas de cimentos, mais do que o dobro da segunda colocada a região Nordeste. Contudo, a região Sudeste foi a que mais decresceu em termos absolutos, com queda de pouco mais de 8.000 mil (t) nas vendas.

Percebe-se, pelo gráfico 1, tendência de queda do volume vendido em todas regiões. Tal tendência pode estar está ligada com a crise econômica brasileira instaurada em 2015. Ao passo que os investimentos públicos em financiamentos de novas casas caíram 67% entre 2014 e 2017 de acordo com SNIC (2018), o setor de cimentos sofreu bastante, pois é o setor base da construção civil.

O gráfico 2 traz uma análise da força relativa do setor cimenteiro da Paraíba, observa-se no gráfico abaixo um aumento significativo da participação relativa nas vendas do estado em relação as regiões e a nação.

Gráfico 2 - Participação relativa da Paraíba nas vendas de cimento nacional e regional (%) em 2014 e de 2017 a 2019.



Fonte: SNIC (2014-2019)

Nota: O SNIC não divulgou estes dados para os anos de 2015 e 2016.

Em 2014, a quantidade vendida na Paraíba já representava 66% das vendas de cimentos da região Norte, e em 2019 o estado sozinho representa algo muito próximo da totalidade das vendas da região. Apesar da grande liderança do Sudeste, proveniente de diversas vantagens locais como a mão de obra especializada, reservas minerais e mercado consumidor amplo, a Paraíba ainda assim aumentou suas vendas em relação ao Sudeste em 3,18 pontos percentuais.

Um fato que pode explicar o aumento da força relativa paraibana, foi a interrupção das atividades do Grupo João Santos, o qual detinha diversas fábricas funcionando com alta capacidade de oferta espalhadas por todo o Brasil, porém não na Paraíba. A lacuna de oferta deixada pelo grupo contribuiu para a expansão paraibana.

Já um fato que pode explicar brusca queda na região Sudeste, é o de que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) entrou no mercado e começou a praticar preços abaixo do racional de lucratividade das cimenteiras da região. Esse movimento do novo entrante desencorajou a produção de diversas plantas industriais.

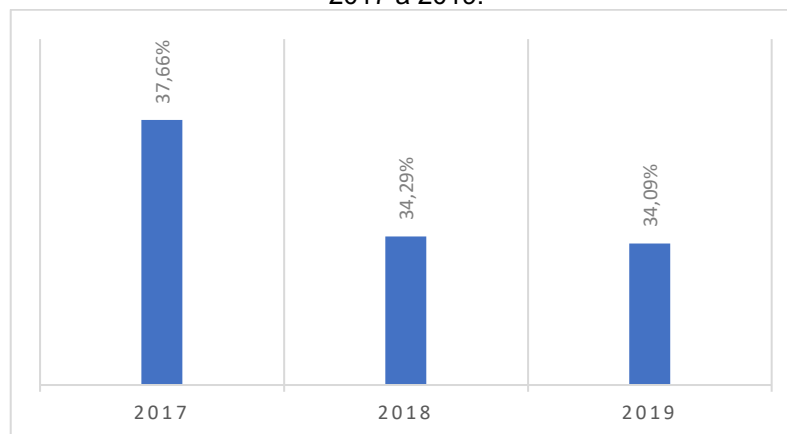
Essa manobra foi possível devido a verticalização da CSN, que a partir do rejeito seu processo produtivo na siderurgia, a “escória de alto forno”, conseguiu reduzir drasticamente seus custos operacionais.

Nesse cenário a Paraíba em 2019, segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), é o sexto maior estado brasileiro em termos de

vendas de cimento com 2.264 mil toneladas de cimento, logo atrás do Rio de Janeiro com 2.536 mil toneladas.

Dentro da Paraíba, a empresa de cimentos do Grupo Elizabeth representou em 2017, 37,66% do volume vendido, caindo para 34,09% em 2019, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Participação relativa das vendas de cimento da Elizabeth Cimentos na Paraíba (%) de 2017 a 2019.



Fonte: Grupo Elizabeth (2020) e SNIC (2017-2019).

Apesar da queda, o gráfico mostra que a Elizabeth Cimentos (ECL) contribuiu com mais de um terço das vendas de cimentos no estado da Paraíba em 2019. Revelando sua relevância local.

5.2 IMPACTO NAS FINANÇAS PÚBLICAS

Essa seção segue o passo a passo definido na metodologia. Então, para cumprir o objetivo de analisar o impacto da empresa de cimentos do Grupo Elizabeth nas finanças públicas foram utilizados dados referentes apenas da Elizabeth Cimentos (ECL) que tem seu CNPJ inscrito no município de Alhandra, deixando os dados da Elizabeth Mineração (EML) fora da análise dessa seção. Os dados utilizados remetem ao ICMS líquido recolhido apenas pela Elizabeth Cimentos.

Definido como primeiro passo, será apresentado como funciona política de repartição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre os municípios da Paraíba, e os números do município de Alhandra.

A repartição do ICMS do estado para os municípios é uma obrigação e está presente no artigo 148 da Constituição Federal, inciso IV. O texto dessa lei legisla que o estado deve distribuir 25% do ICMS arrecadado com os municípios, sendo que

75% desse montante a ser repassado deve ser destinado obrigatoriamente ao município que originou o ICMS arrecadado, e os outros 25% do montante a ser distribuído segue critério de cada unidade federativa.

Sendo assim, a parcela que volta obrigatoriamente aos cofres municipais a partir do ICMS recolhido pelo investimento privado circunscrito no território municipal é 18,75%¹.

Para definir como será alocado a parte que resta, as Secretarias de Estado da Fazenda dos estados emitem Portarias² todos os anos, as quais fixam o Índice de Participação dos Municípios (IPM) a ser aplicado sobre os 25% do ICMS que devem ser repassados obrigatoriamente.

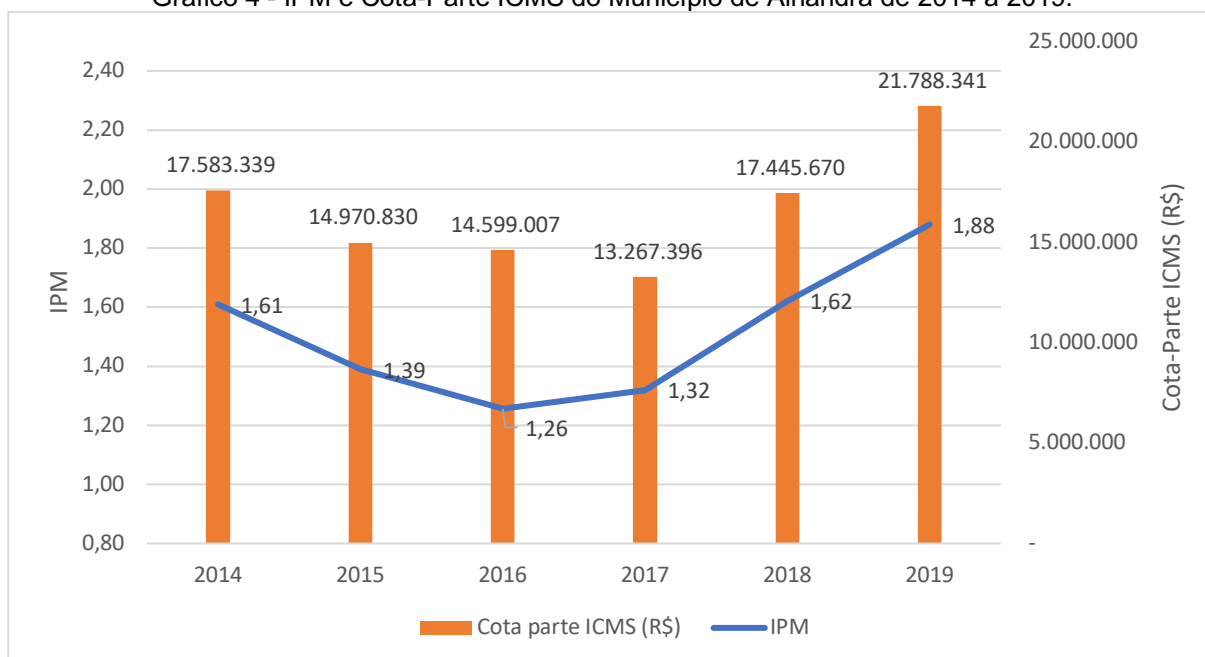
De 2014 a 2019 o município de Alhandra apresentou oscilações no seu IPM, esse comportamento é percebido no gráfico 4 abaixo. Os dados observados são diretamente proporcionais, no qual o IPM define a Cota-Parte ICMS. A redução em 2016, é reflexo da crise brasileira e atacou o município especialmente no setor de serviços que representa parcela importante do PIB municipal (ver tabela 7).

O gráfico 4, também revela a retomada de crescimento de recebimento de recursos estaduais no município de Alhandra.

¹ Multiplicação entre 75% e 25%.

² Olhar Portaria nº 00084/2020/SEFAZ-PB e seu anexo para saber mais sobre o cálculo do IPM.

Gráfico 4 - IPM e Cota-Parte ICMS do Município de Alhandra de 2014 a 2019.



Fonte: SEFAZ-PB (2014-2019) e TCE-PB (2014-2019).

Essa trajetória ascendente tem participação da Elizabeth Cimentos, que começou sua obra em 2012 e iniciou suas operações fabris em 2015.

A fim de extrair a contribuição da Elizabeth Cimentos nessa trajetória, foi analisado o ICMS líquido recolhido pela empresa. A tabela 2 indica a quantidade de tributos estaduais recolhidos pela Elizabeth Cimentos, o valor líquido é o total devido de ICMS deduzido da subvenção concedida, a qual refere-se ao incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN).

Tabela 1 - ICMS Líquido recolhido pela Elizabeth Cimentos(R\$) de 2015 a 2019.

	2015	2016	2017	2018	2019
ICMS	26.893.538	37.219.844	34.956.136	37.374.146	35.266.066
ICMS ST*	8.100.797	11.990.818	10.992.831	12.123.963	12.850.552
Subvenções - ICMS	(9.936.549)	(7.546.740)	(4.475.226)	(3.279.504)	(686.823)
Total Líquido	25.057.786	41.663.922	41.473.742	46.218.605	47.429.794

Fonte: Grupo Elizabeth (2020).

*O ICMS ST é uma modalidade de ICMS onde a indústria recolhe o imposto de forma antecipada para toda a cadeia do produto até a venda para o consumo final do produto; e não fica em sua totalidade no estado que produz o produto.

Percebe-se que incentivo fiscal vem diminuindo ao longo do tempo dos cinco anos observados, ao passo que a empresa se estabelece em 2016 após o início das operações em 2015. A estagnação do valor do ICMS devido de 2016 a 2019 é reflexo da estagnação economia brasileira, e comparado com a contração do setor de cimentos em nível nacional a performance da Elizabeth Cimentos é considerável razoável.

Usando os dados da tabela 2, e aplicando o percentual de transferência obrigatória do repasse de ICMS ao município, de 18,75%, obteve-se os dados da tabela 3, a qual apresenta o ICMS Líquido recolhido pela Elizabeth Cimentos que retornou aos cofres públicos de Alhandra.

Tabela 2 - ICMS Líquido recolhido pela Elizabeth Cimentos que retornou aos cofres públicos (R\$) de 2015 a 2019.

	2015	2016	2017	2018	2019
TOTAL*	4.698.335	7.811.985	7.776.327	8.665.988	8.893.086

Fonte: Grupo Elizabeth (2020).

*O total foi formado a partir da aplicação de 18,75% sobre os valores recolhidos de ICMS pela empresa.

Após apresentação das contribuições da empresa de cimentos, será apresentado na tabela 4 os dados de receitas orçamentárias do município para posterior análise de participação relativa.

Tabela 3 - Receitas orçamentárias realizadas no município de Alhandra (R\$ 1000) de 2014 a 2019.

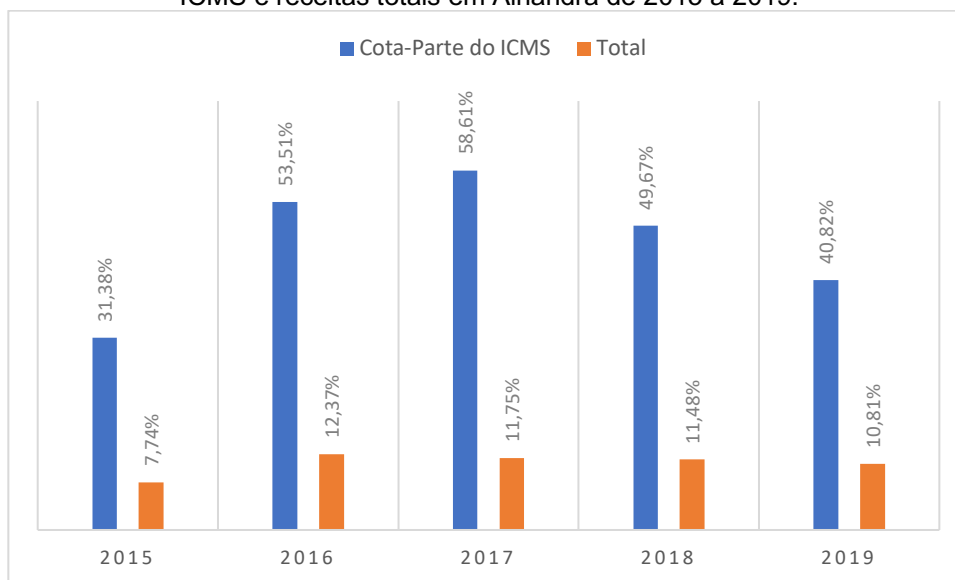
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Cota-Parte do ICMS	17.583,34	14.970,83	14.599,01	13.267,40	17.445,67	21.788,34
Cota-Parte Royalties	16.438,80	11.345,99	8.817,51	9.429,99	9.707,56	8.268,27
Cota-Parte do FPM	13.756,68	14.601,09	15.798,52	11.982,52	12.822,84	13.983,31
FUNDEB	8.556,94	9.507,05	11.595,41	10.385,48	11.534,66	11.759,10
Recursos do SUS	4.695,12	4.901,22	5.405,90	5.497,83	5.837,52	7.257,88
Outros	4.339,88	5.399,99	6.936,80	15.607,91	18.117,42	19.198,08
Total	65.370,77	60.726,17	63.153,14	66.171,13	75.465,67	82.254,98

Fonte: TCE-PB (2014-2019).

Os dados desta tabela mostram que dentro dos quatro principais recursos que compõem as receitas realizadas pelo município, a Cota-Parte do ICMS é o recurso mais preponderante.

O gráfico 5 mostra que a receita de ICMS recolhida pela Elizabeth Cimentos e repassado aos cofres públicos chegou a representar mais da metade da Cota-Parte do ICMS em 2017. Em 2018 e 2019 percebe-se uma tendência de queda na participação relativa, isso explica-se devido a estagnação da empresa de cimentos ao passo que a atividade econômica na cidade retomou uma trajetória de crescimento.

Gráfico 5 - Participação relativa do recolhimento do ICMS da Elizabeth Cimentos na Cota-Parte do ICMS e receitas totais em Alhandra de 2015 a 2019.



Fonte: Grupo Elizabeth (2020) e TCE-PB (2014-2019).

Como explicado na metodologia, a cota parte de Royalties do petróleo resguardada pela Lei nº 9.478/97, artigo 49, do município de Alhandra está sob discussão judicial, e segundo relatório divulgado pela ANP³, o direito de continuidade de recebimento do município é classificado como precário. A classificação imputada é justificável pois o município nunca foi produtor de gás natural ou de petróleo.

Desta forma, o município de Alhandra passou a contar uma receita extra a partir do ano calendário 2011. A cidade foi beneficiada com royalties da Agência Nacional do Petróleo (ANP) mesmo sem produzir devido a cidade ter um *citygate*, que nada mais é do que uma central de recepção e distribuição de gás natural e petróleo.

Nesse sentido, a ANP em seu relatório mensal de royalties de agosto de 2019, informou que o município de Alhandra está enquadrado na classificação “Municípios Recebendo Royalties por meio de Decisões Judiciais de Caráter Precário”. A ANP está em processo para junto ao TRF 5ª Região para cessar a transferência dos recursos para o município.

Portanto, a tabela 5 mostra a composição da receita orçamentária do município de Alhandra sem a Cota-Parte dos Royalties obtidos pela cidade ser considerada um centro de distribuição de gás natural e petróleo.

Tabela 4 - Receitas orçamentárias realizadas em Alhandra sem a Cota-Parte dos Royalties em R\$ 1000 de 2014 a 2019.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
--	------	------	------	------	------	------

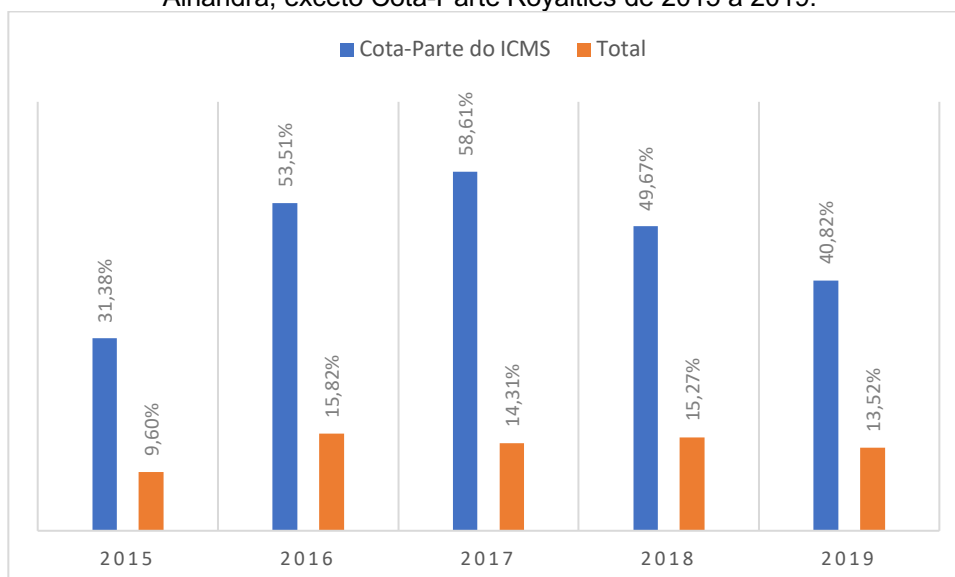
³ Relatório sobre distribuição de Royalties da ANP em agosto de 2019.

Cota-Parte do ICMS	17.583,34	14.970,83	14.599,01	13.267,40	17.445,67	21.788,34
Cota-Parte do FPM	13.756,68	14.601,09	15.798,52	11.982,52	12.822,84	13.983,31
Recursos do Fundo FUNDEB	8.556,94	9.507,05	11.595,41	10.385,48	11.534,66	11.759,10
Recursos do SUS	4.695,12	4.901,22	5.405,90	5.497,83	5.837,52	7.257,88
Outros	4.339,88	5.399,99	6.936,80	15.607,91	18.117,42	19.198,08
Total	48.931,96	49.380,18	54.335,64	56.741,14	65.758,11	73.986,70

Fonte: TCE-PB (2014-2019).

Utilizando os dados acima encontra-se a participação relativa do recolhimento do ICMS por parte da ECL sem a influência da Cota-Parte dos Royalties do Petróleo (Ver gráfico 6).

Gráfico 6 - Participação relativa da Elizabeth Cimentos na Cota-Parte do ICMS e receitas totais em Alhandra, exceto Cota-Parte Royalties de 2015 a 2019.



Fonte: Grupo Elizabeth (2020) e TCE-PB (2014-2019).

Observa-se por este gráfico que na ausência da Cota-Parte Royalties a participação relativa da Elizabeth Cimentos torna-se ainda mais relevante, alcançando mais de 15% em 2016 e 2018.

Essa seção, então, revelou a importância da empresa de cimentos, e sem ela a situação fiscal do município em piores condições, impactando a capacidade de investimento do município. Em 2019 a contribuição da empresa foi de quase R\$ 9 milhões (Ver tabela 3), representando mais de 10% (Ver gráfico 5) das receitas orçamentárias arrecadadas.

5.3 CONTRIBUIÇÃO PARA A CADEIA PRODUTIVA

Essa seção buscou entender de que forma a presença da ECL contribuiu para o crescimento da atividade econômica local entre 2014 e 2019, a partir da observação dos gastos em compra de bens e serviços efetuados pela empresa.

Tabela 5 - Gastos em valores monetários (R\$ 1000) da Empresa Cimento Elizabeth por estados de 2015 a 2019.

	2015	2016	2017	2018	2019
PB	16.845	24.844	38.604	73.245	70.027
MG	4.005	2.982	3.273	2.080	6.797
PE	17.308	8.098	4.838	4.234	4.091
SP	15.489	17.820	14.514	16.823	21.893
Outros	5.919	19.164	6.817	14.813	15.684
Total	59.566	72.908	68.046	111.195	118.492

Fonte: Grupo Elizabeth (2020).

Pela tabela acima percebe-se que existe grande concentração dos gastos em quatro estados, sendo eles Paraíba, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. No período compreendido pela tabela a participação conjunta dos quatro estados não foi abaixo de 87% do total de gastos.

A explicação da concentração nesses estados tem explicações distintas, na Paraíba a concentração dá-se pela demanda de bens e serviços comuns a qualquer indústria, esse motivo estende-se à Pernambuco, porém com uma intensidade bem menor. São Paulo aparece na lista principalmente por um fornecedor, a Klabin, a qual fornece a sacaria para o cimento. Já Minas Gerais é o grande centro cimenteiro do país e concentra a oferta bens e serviços especializados para todas as indústrias localizadas no Brasil.

Apesar da concentração de gastos nos estados mencionados, a Paraíba desponta como maior estado fornecedor. Em 2018, chegou a representar 65,87% dos gastos totais.

Dentro da Paraíba, o município de Alhandra figura como principal fornecedor, mostrando que a Elizabeth Cimentos participa de forma importante na cadeia produtiva do município.

Tabela 6 - Total de gastos da Elizabeth Cimentos nos municípios da Paraíba (R\$ 1.000) de 2015 a 2019.

	2015	2016	2017	2018	2019
Alhandra	508	12.730	28.538	48.146	40.588
João Pessoa	5.492	6.471	5.440	5.131	5.691
Cabedelo	9.166	3.509	1.544	14.750	20.200
Outros	1.679	2.133	3.082	5.218	3.548

Total	16.845	24.844	38.604	73.245	70.027
-------	--------	--------	--------	--------	--------

Fonte: Grupo Elizabeth (2020).

A concentração de gastos nos municípios de Alhandra, João Pessoa, Cabedelo não foi menor do que 90% entre 2015 e 2019. Revelando que a fluxo de dinheiro e mercadorias promovido pela ECL é direcionado principalmente ao seu entorno e à grandes cidades do estado.

O destaque para Cabedelo, que aparece de forma significativa e crescente, é que na cidade encontra-se um grande fornecedor de coque de petróleo para região. Insumo muito consumido por todo setor secundário como fonte de energia térmica.

Para entender a contribuição da ECL ao município de Alhandra em termos de geração de riqueza, foi relacionado os gastos da empresa com os dados do PIB municipal.

Tabela 7 - Composição do PIB a preços correntes (R\$ 1.000.000) no município de Alhandra de 2014 a 2017.

	2014	2015	2016	2017
PIB	714,75	769,66	862,87	1.108,88
VALOR ADICIONADO BRUTO	577,40	633,42	703,23	874,85
AGROPECUÁRIA	19,69	21,67	27,74	24,28
INDÚSTRIA	60,74	101,98	91,29	91,24
SERVIÇOS	405,68	414,25	484,65	651,94
SETOR PÚBLICO	91,30	95,52	99,55	107,40
IMPOSTOS LÍQUIDOS	137,34	136,24	159,64	234,03

Fonte IBGE (2014 - 2017).

A tabela acima apresenta dados que compõem o PIB de Alhandra de 2014 a 2017, ou seja, um ano antes do início das operações fabris e três anos operacionais. Os dados relativos ao PIB de 2018 e 2019 ainda não foram publicados pelo IBGE.

Percebe-se que o município apresenta uma trajetória de crescimento sustentada, com crescimento verificado no valor adicionado de todos os setores e na arrecadação de impostos.

A tabela abaixo traz os gastos da ECL no município de Alhandra em termos do PIB, valor adicionado bruto, valor adicionado da indústria e serviços, e impostos líquidos.

Tabela 8 - Gastos da Elizabeth Cimentos em Alhandra em termos do PIB e seus componentes a preços correntes de 2015 a 2017.

	2015	2016	2017
PIB	0,07%	1,48%	2,57%

VALOR ADICIONADO BRUTO	0,08%	1,81%	3,26%
AGROPECUÁRIA	2,34%	45,89%	117,56%
INDÚSTRIA	0,50%	13,95%	31,28%
SERVIÇOS	0,12%	2,63%	4,38%
SETOR PÚBLICO	0,53%	12,79%	26,57%
IMPOSTOS LÍQUIDOS	0,37%	7,97%	12,19%

Fonte: Grupo Elizabeth (2020) e IBGE (2015-2017).

Os gastos totais da ECL adquirem relevância saindo de 0,07% do PIB em 2015 para 2,57% em 2017. Devido a grande importância do setor de serviços para o município verificado na tabela 7, destaca-se o crescimento da participação da Elizabeth Cimentos no município em termos do valor adicionado desse setor, saindo de 0,12% em 2015 para 4,38% em 2017.

A tabela 8 revela o precário desempenho da agropecuária no município, onde apenas os gastos da Elizabeth cimentos superam o valor adicionado para esse setor, alcançando assim 117,56% do seu valor adicionado ao PIB municipal.

A partir de 2015, a Elizabeth Cimentos começa suas operações fabris, e como observado na tabela 6, injeta mais de R\$ 40,5 milhões de reais no município de Alhandra. Sendo assim, é o possível observar que a partir do início da Elizabeth Cimentos houve crescimento em todos os setores do município, com destaque para o setor de serviços, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 9 - Variação do Valor adicionado Bruto de Alhandra anual de 2015 a 2017.

	$\Delta 2015$	$\Delta 2016$	$\Delta 2017$
VALOR ADICIONADO BRUTO	9,70%	11,02%	24,40%
AGROPECUÁRIA	10,07%	28,02%	-12,49%
INDÚSTRIA	67,91%	-10,49%	-0,06%
SERVIÇOS	2,11%	16,99%	34,52%
SETOR PÚBLICO	4,63%	4,22%	7,88%

Fonte: IBGE (2015-2017).

Em 2017, a Elizabeth Cimentos gastou R\$ 28.538 mil no município de Alhandra (ver tabela 6), número que influenciou em certa medida o crescimento de 34,52% do valor adicionado do setor de serviços para o mesmo ano.

Após a análise dos gastos da empresa de cimentos, percebe-se que naturalmente a empresa movimenta o fluxo de dinheiro e bens e serviços no seu entorno mais próximo e na região onde está inserido.

5.4 IMPACTOS NOS DADOS SOCIAIS

Essa seção procurou investigar correlação entre os dados da Elizabeth Cimentos (ECL) e os dados sociais do município de Alhandra.

O município de Alhandra possui uma população estimada, em 2019, de 19.588 pessoas, com uma extensão territorial 183,974 km². A cidade possui um baixo IDH de 0,582, ocupando 114º posição no ranking estadual. Em 2017, a mortalidade infantil na cidade encontrou-se numa posição central no ranking do estado, com 6,98 óbitos por mil nascidos na posição 142º no estado. Contudo, Alhandra encontra-se em primeiro lugar no ranking de PIB per capita da Paraíba.

Com base nos dados do Grupo Elizabeth contidos nas tabelas a seguir, procurou-se estabelecer correlação entre os números sociais observados no município de Alhandra.

A tabela 11 apresenta a participação relativa de valores realizados dentro da Elizabeth Cimentos no PIB a preços correntes do Município de Alhandra.

Tabela 10 - Valores realizados na Elizabeth Cimentos em termos do PIB a preços correntes do município de Alhandra de 2015 a 2017.

	2015	2016	2017
Receita Operacional Líquida (ROL)	21,25%	25,31%	18,39%
ICMS Líquido	3,96%	5,75%	4,40%
Gastos com pessoal	4,20%	2,41%	1,89%

Fonte: Grupo Elizabeth (2020) e IBGE (2015 – 2017).

A partir da tabela 10 pode-se constatar a relevância da ROL da empresa no PIB municipal, representando 21,25% do PIB em 2015, e atingindo um avanço de 4,06 p.p. no ano seguinte, porém fecha o ano de 2017 com queda em relação ao ano anterior na marca de 18,39%. Essa queda o pode ser explicada pela retomada do setor de serviços na cidade, o qual tem maior participação no PIB municipal (Ver tabela 7).

O ICMS Líquido é diretamente proporcional a ROL, então seu comportamento foi semelhante, com uma alta relativa em 2016, e uma queda relativa em 2017 com relação a 2016.

Contudo, o destaque para o ICMS Líquido é que na comparação direta entre 2015 e 2017, percebe-se que sua participação relativa cresce de 3,96% para 4,40%, respectivamente. Ou seja, isso denota que a Elizabeth Cimentos gera mais impostos por R\$ 1 (um) faturado que as outras atividades do município, ao passo que a participação relativa do ICMS Líquido decresce proporcionalmente menos que a participação relativa ROL.

Já na variável Gastos com pessoal, nota-se que a participação relativa decresce de 4,20% em 2015 para 1,89% em 2017. Na tabela 12 estão os números de empregos gerados por ano nas duas empresas que compõem a divisão de cimentos do Grupo Elizabeth. Apesar, da Elizabeth Mineração está inscrita no município de Pitimbu, ela localiza-se mais próxima da zona urbana de Alhandra, e no tema empregos gerados acaba impactando mais nesse último.

Tabela 11 - Empregos diretos da empresa de cimentos do Grupo Elizabeth de 2015 a 2019.

	2015	2016	2017	2018	2019
Elizabeth Cimentos	263	237	237	248	252
Elizabeth Mineração	28	28	28	28	30
Total	291	265	265	276	282

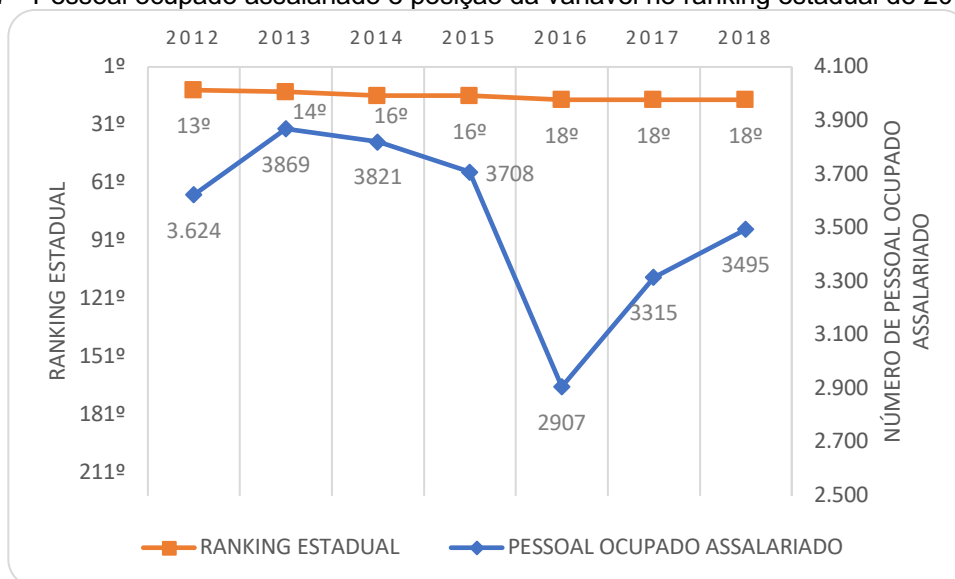
Fonte: Grupo Elizabeth (2020).

Os empregos diretos pouco se alteram no período analisado. A queda de 2015 para 2016 é devido a adequação de funcionários para a continuidade da operação, sem a mão de obra que realizou serviços pontuais pendentes da obra de instalação da fábrica que ainda remanesceram em 2015.

Já o aumento em 2018, deve-se ao programa de trainee, o qual recrutou jovens talentos para compor o quadro da empresa por meio de rigoroso processo seletivo.

O gráfico 8 mostra o valor absoluto do pessoal ocupado assalariado e a posição da variável no ranking estadual de 2012 a 2018, com o intuito de mostrar o comportamento da variável ao longo do período das obras de instalação da fábrica que foi de 2012 a 2015, e os anos que compreendem os primeiros de operação que vai de 2015 a 2018.

Gráfico 7 - Pessoal ocupado assalariado e posição da variável no ranking estadual de 2012 a 2018.



Fonte: IBGE (2012-2018).

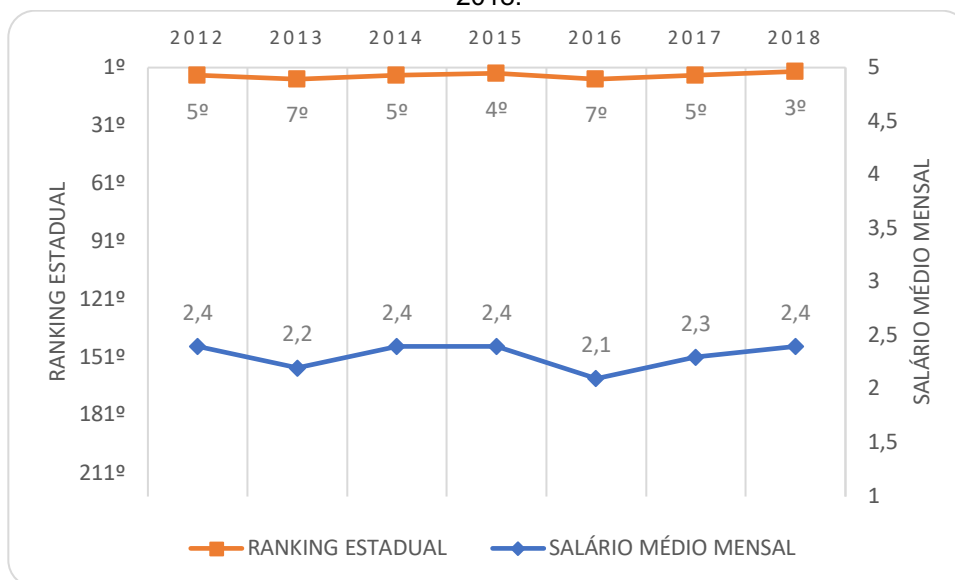
O gráfico acima detona a queda do pessoal ocupado assalariado em Alhandra em 2016, reflexo da crise nacional. O início das operações da Elizabeth Cimentos não conseguiu neutralizar os efeitos negativos da crise.

O valor absoluto do pessoal ocupado assalariado ganha força de 2012 para 2013 saindo de 3.624 pessoas para 3.869. Porém, esse breve aumento perde força já em 2014, chegando a um vale em 2016 com 2.907 pessoas ocupadas assalariadas. A partir de 2017, percebe-se uma tendência de retomada chegando a 2018 com 3.495 pessoas ocupadas assalariadas, um nível ainda abaixo do número observado em 2012, ou seja, houve um retrocesso no número do pessoal ocupado assalariado.

Em relação a posição dessa variável no ranking da Paraíba, ou seja, um indicativo de comportamento em relação aos seus pares em âmbito estadual, Alhandra apresentou uma constante tendência de queda. Caindo de 13º lugar em 2012 para 18º em 2018, o município teve um desempenho pior que as outras cidades do estado onde está inserido.

O gráfico 9 apresenta o salário médio mensal e a posição da variável no ranking estadual de 2012 a 2018. A variável é medida em termos de salários mínimos, então, demonstra a proximidade da população à renda mínima. O período de 2012 a 2018 compreende a obra e início das operações da Elizabeth Cimentos.

Gráfico 8 - Salário médio mensal (quantidade de salários mínimos) e ranking estadual de 2012 a 2018.



Fonte: IBGE (2012-2018).

O salário médio mensal no município não sofreu oscilações e girou em torno de 2,2 salários mínimos. Ou seja, a presença da Elizabeth Cimentos não conseguiu exercer influência no nível salário da população, este se manteve estável ao longo do tempo.

A comparação com os outros municípios do estado, observada pela posição do ranking estadual da variável, sinaliza uma leve melhora saindo da 5ª posição em 2012 para a 3ª posição em 2018.

O gráfico 9 evidencia, então, que dentre os 223 municípios da Paraíba, Alhandra posiciona-se como um melhores municípios em termos de salário médio mensal já em 2012 e permanece nessa condição até 2018.

O gráfico 10 traz o montante de salários e remunerações e a posição dessa variável no ranking da Paraíba. A análise dessa variável é importante para entender o quanto a população do recebeu pelo trabalho. O período analisado é de 2012 a 2018, e o objetivo é entender a influência da Elizabeth Cimentos nessa variável do município de Alhandra.

Gráfico 9 - Montante de salários e remunerações do município de Alhandra e o ranking estadual de 2012 a 2018.



Fonte: IBGE (2012-2018).

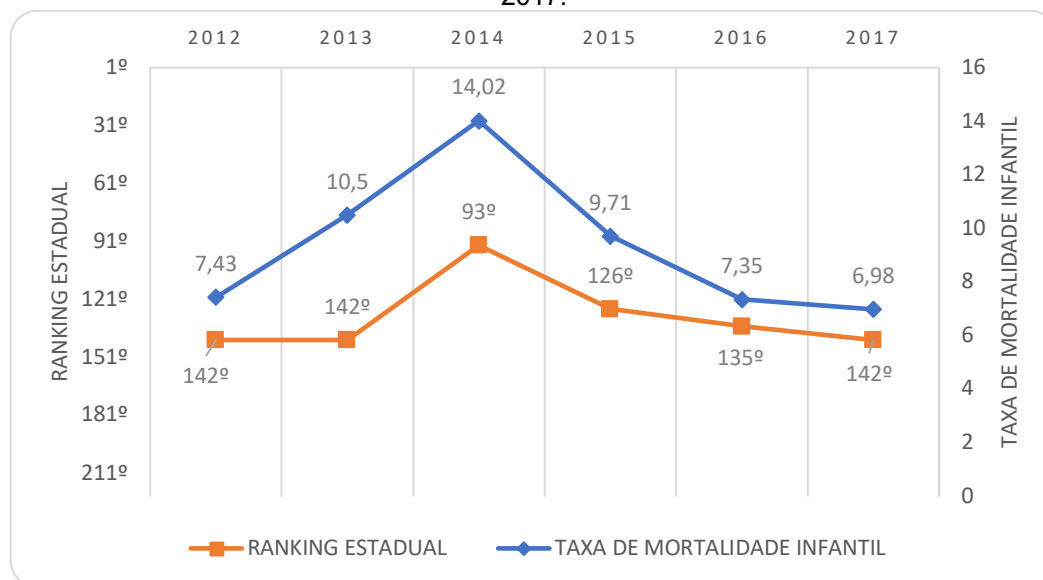
O gráfico 10 mostra o crescimento vertiginoso no montante de salários de 2012 a 2015, indo de R\$ 65.524 para R\$ 101.612. Em 2015, o PIB da indústria município de Alhandra obteve um crescimento de 67,91% em relação a 2014 (ver tabela 9) devido a instalação da Elizabeth Cimentos, o que pode explicar a alta do montante de salários e remunerações registradas na cidade em 2015.

Em 2016 e 2017 houve uma retração da variável, porém em 2018 a variável atinge o seu máximo valor nos observados na marca de R\$ 105.838.

Já à posição da variável no ranking permanece praticamente inalterada, descendo apenas uma posição em 2018.

O gráfico 11 apresenta dados da taxa de mortalidade infantil e a posição dessa variável no ranking da Paraíba. Na análise conjunta dos dados, essa variável é representante do comportamento das condições de saúde no município. A observação começa em 2012 e vai até 2018, período que recebe influência da Elizabeth Cimentos.

Gráfico 10 - Taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos) e ranking estadual de 2012 a 2017.



Fonte: IBGE (2012-2018).

A mortalidade infantil em Alhandra atinge um pico em 2014, chegando a 14,02 óbitos por mil nascidos vivos, logo após entra em uma trajetória de involução o índice chegando a 6,98. Isto demonstra uma melhora nas condições sociais do município a partir de 2014.

A partir da análise dos gráficos acima é possível verificar, também, uma estagnação do município de Alhandra em relação aos outros municípios do estado, ao passo que sua posição no ranking estadual permanece estável em todos os indicadores. A tabela 12 traz os números relativos ao índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e a posição dessa variável no ranking da Paraíba. A análise da variável é dividida nos anos finais e iniciais. A sua escolha foi feita para observar o comportamento da educação no município de Alhandra no período de obras e funcionamento das operações da Elizabeth Cimentos que começa em 2012.

Tabela 12 - Comportamento do Ideb em 2011, 2013, 2015 e 2017.

	2011	2013	2015	2017
ANOS INICIAIS	3,3	3,3	3,9	3,6
RANKING ESTADUAL	183º	193º	181º	211º
ANOS FINAIS	2,8	2,5	3,3	2,7
RANKING ESTADUAL	145º	207º	117º	208º

Fonte: IBGE (2011 a 2017).

O índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é composto por dois pilares, o fluxo escolar e o desempenho escolar dos alunos. O índice é a

principal ferramenta usada pelo setor público para acompanhar a educação básica no país. O índice varia de 0 a 10, e a meta nacional é alcançar a média 6 em 2022.

Percebe-se, então, que Alhandra está bem abaixo da média tanto nos anos finais como nos anos iniciais. Sendo um dos piores municípios do estado estando na 211^a e 208^a posição no ranking estadual, nos anos iniciais e finais respectivamente.

Dessa seção, pode-se depreender que no caso da presença da Elizabeth Cimentos e o município de Alhandra, os primeiros cinco anos da indústria motriz não trouxeram resultados significativos.

A mudança dos indicadores sociais tem que ser promovida pelo setor público financiadas com os recursos adicionais do setor privado, e esse movimento depende da força política, e requer tempo para concretizar-se.

5.5 INFORMACÕES PONTUAIS PERTINENTES

Com base em informações passadas pelo Grupo Elizabeth e, principalmente, no e-mail respondido pelo Sr. Degmar Diniz, diretor industrial da Elizabeth Cimentos, é que se dá o desenvolvimento desta seção.

As informações consistem em seis pontos, cada um deles corresponde a ações privadas, e parcerias público privadas que atuaram no sentido de promover desenvolvimento da região onde a fábrica foi instalada.

O primeiro ponto tem haver com os impactos no entorno imediato da Elizabeth Cimentos. A fábrica fica na zona rural do município de Alhandra, uma área composta por vários sítios formando uma comunidade local, e antes da instalação da fábrica existia uma escola nessa localidade, funcionando em situações precárias.

A empresa, então, construiu uma escola de 1º grau de alto padrão, com quatro amplas salas de aula, biblioteca e área de lazer. Em parceria com a Prefeitura de Alhandra, o Grupo Elizabeth fez a doação logo em seguida da construção e início das aulas para a Secretaria de Educação do município, segundo Degmar Diniz.

Segundo ponto, expandindo um pouco mais os limites do entorno da fábrica, a empresa forneceu o detalhamento do atual quadro da empresa ECL. Dos 256 funcionários, 67 são moradores do entorno da fábrica e 86 moram na região, no próprio município de Alhandra e nas cidades vizinhas, Pitimbu, Caaporã, Goiana e

Acau. Ou seja, 60% dos empregos gerados pela Elizabeth Cimentos são provenientes trabalhadores locais. Ainda segundo as informações passadas, o salário médio dos trabalhadores do entorno imediato gira em torno de R\$ 2.000, além dos benefícios estendidos às famílias. Estima-se que apenas de salário sejam injetados R\$ 137.000 mensais na comunidade, na qual a fábrica está inserida.

Do terceiro ao sexto os fatos estão situados no período compreendido entre novembro de 2012 e janeiro de 2015, que remonta à obra de instalação. Sendo assim, o terceiro ponto destaca-se a média de empregos diretos gerados. Na área da montagem elétrica e mecânica a média anual foi de 400 empregos diretos. Já na área de montagem civil o número ficou em torno de 600 empregos diretos. Porém, no auge da obra em 2014, durante um espaço de oito meses, a obra da Elizabeth Cimentos chegou a empregar 1.850 pessoas diretamente.

Essas informações apresentadas estão alinhadas com o crescimento do município de Alhandra a partir de 2012. Certamente, esses empregos impulsionaram o setor de serviços, que multiplicou sete vezes o seu tamanho entre 2010 e 2017, ao passo que os trabalhadores demandaram alimentos, assistência médica, entre outros.

O quarto ponto mostra a parceria desenvolvida com o SENAI, estabelecida por um contrato a partir de 2012, onde a instituição do Sistema S financiado pelas empresas, diga-se de passagem, ficou com a tarefa de formar a população interessada em trabalhar, para atuação na montagem civil da fábrica.

Na parceria houve a assunção do compromisso de reter os trabalhadores para a obra da fábrica por parte da Elizabeth Cimentos. Esse aspecto gerou enorme engajamento das comunidades do entorno, sendo elas, Mucatu, João Gomes e Subauma.

Em um determinado espaço de tempo entre 2012 e 2015, trezentos e trinta pessoas foram formadas em três cursos, das quais duzentos e vinte foram selecionadas e participaram da montagem civil.

Os pontos cinco e seis, são frutos de parceria público privada estabelecida entre a empresa e o governo.

O ponto cinco traz o dado de que foi desembolsado R\$ 10.000 mil para a construção de um trecho que liga a planta industrial de cimentos à rodovia estadual PB 034. A empresa arcou com todos os custos, e em contrapartida o governo estadual concedeu subvenções de ICMS a outra à outras empresas do Grupo Elizabeth.

O sexto e último ponto revela os custos compartilhados entre a Elizabeth Cimentos e a Brennand Cimentos, os quais foram na ordem de R\$ 3.500 mil adicionados de indenizações aos proprietários das terras onde precisou-se instalar a rede de transmissão.

Uma planta industrial de cimentos consome muita energia elétrica, a Elizabeth Cimentos, por exemplo, consome por volta de 10 mil MW por mês. Para um consumo tão elevado, é necessário conectar a unidade de produção à rede básica de energia, a qual opera com a tensão de 230KW.

Ao todo foram construídos 22 km de linha de transmissão, deixando assim, uma herança positiva para a região, o marco energético capaz de fornecer energia elétrica para toda a cadeia produtiva que venha a se desenvolver na região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação transformadora requisitada por regiões desprivilegiadas tem que ser colocada em prática e existem várias formas de fazê-la, porém qualquer que seja a estratégia adotada deve haver harmonia entre os agentes públicos e privados. O desenvolvimento regional não deve ser conduzido sem planos definidos baseados na observação empírica dos fatos.

O trabalho expôs o caso da instalação de uma empresa privada pertencente a setor de base que emprega alta tecnologia no seu processo produtivo, e utiliza recursos minerais disponíveis com certa exclusividade na Paraíba. Um exemplo de indústria que inspira ação transformadora regional.

Nesse caso, a empresa encontrou no agente público incentivos e desincentivos. A empresa obteve o importante ao apoio do FAIN, reduzindo a carga tributária de forma significativa nos três primeiros anos de operação, que fizeram com que o empresário obtivesse fluxo de caixa positivo para buscar o retorno do investimento. A empresa celebrou parceria público privada com estado, e construiu estradas para melhorar a infraestrutura de sua operação e mobilidade da população.

Por outro lado, teve que desembolsar com infraestrutura energética para conseguir desenvolver a operação industrial sem contrapartida pública.

A contribuição da empresa de cimentos do Grupo Elizabeth para as finanças públicas foi verificada, assim como a contribuição para a geração de riquezas ao passo que há relação positiva entre os gastos da empresa e a variação no PIB municipal.

Contudo, não foi possível verificar externalidades que pudessem apresentar caráter transformador na saúde e educação da cidade nos primeiros anos de atividades observados. Isso pode indicar que o processo de desenvolvimento começa de forma tímida e ao passar do tempo, por efeito da instalação da indústria forte, a região pode experimentar crescimentos proporcionalmente maiores que outras regiões e caminhar para um outro patamar de desenvolvimento, revertendo uma desigualdade anteriormente estabelecida. Ou esse processo pode não ocorrer.

É, então, papel fundamental do agente público gerir os recursos adicionados pelos investimentos privados para a que seja possível a realização do

processo descrito acima. Para tanto, é preciso descentralizar os recursos públicos, promovendo mais autonomia aos estados e municípios.

De acordo com a teoria da economia regional, para verificar impactos sociais positivos com a instalação de uma indústria de alta tecnologia em regiões estagnadas, é preciso haver marcos institucionais que canalizem os novos recursos gerados para o enfrentamento dos problemas sociais.

A conclusão do trabalho é de que no caso estudado a indústria de cimentos cumpre seu papel no crescimento regional, porém sua atuação é limitada no sentido promover desenvolvimento econômico, aqui entendido como crescimento econômico adicionado de melhor qualidade de vida e distribuição dos recursos.

Dessa forma, apenas o agente público por meio de uma gestão eficiente poderá promover o desenvolvimento econômico, alocando as receitas públicas em projetos bem planejados e que realmente tenham impactos nos índices sociais.

7 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Andreza Dantas; SOUSA, Cidival Moraes. DILEMAS DA INDÚSTRIA NA PARAÍBA: LEITURAS DAS PERCEPÇÕES DO SETOR EMPRESARIAL. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 3, p. 178-205, set-dez/ 2016.

DUBEY, Vinod. DEFINIÇÃO DE ECONOMIA REGIONAL. **Journal of Regional Science**, [s. l.], v. 5, ed. 2, 1964.

GRUPO ELIZABETH. **Informações gerenciais**. [S. l.], 2020. 1.

HIRSCHMAN, Albert O. Interregional and international transmission of economic growth. *In*: HIRSCHMAN, Albert O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PIB em 2017 (1.000.000 R\$)**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 6 ago. 2020.

JORNAL DA PARAÍBA. **Prefeitura de Alhandra recebe royalties**. [S. l.], 12 out. 2011. Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/economia/prefeitura-de-alhandra-recebe-royalties.html>. Acesso em: 7 ago. 2020.

MEDEIROS, Lucas *et al.* PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS DE MINERAIS INDUSTRIAIS NO ESTADO DA PARAÍBA: UMA REVISÃO. *In*: CETEM. **ANAIS: IV Simpósio de Minerais Industriais do Nordeste**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2016. p. 1-18.

MONASTERIO, Leonardo; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO ECONÔMICO REGIONAL. *In*: CRUZ, Bruno *et al.* **ECONOMIA REGIONAL E URBANA: TEORIAS E MÉTODOS COM ÊNFASE NO BRASIL**. [S. l.: s. n.], 2011. cap. 2, p. 44-77.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. [S. l.: s. n.], 1957.

NASSER, Bianca. Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. **REVISTA DO BNDES**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 14, p. 145-178, dez/ 2000.

PERROUX, François. O conceito de polo decrescimento. **Economie Appliquée**, [s. l.], 1955.

SEFAZ-PB. **Distribuição da arrecadação de ICMS**. [S. l.], [entre 2014 e 2019]. Disponível em: <https://www.sefaz.pb.gov.br/cidadao/municipios/36-repasse-de-arrecadacao/35-icms>. Acesso em: 7 ago. 2020.

SENADO FEDERAL. **Atividade Legislativa**. [S. l.], 2017. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_158_a_sp. Acesso em: 7 ago. 2020.

SNIC - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. Emerging from the clouds?. **International Cement Review**, Reino Unido, p. 60-63, 1 jul. 2018.

SNIC - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. **NOTA PARA A IMPRENSA**. [S. /], 27 jul. 2020. Disponível em: <http://snic.org.br>. Acesso em: 6 ago. 2020.

SNIC - SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO CIMENTO. **Números da Indústria**. [S. /], [entre 2014 e 2019]. Disponível em: <http://snic.org.br/numeros-industria.php>. Acesso em: 6 ago. 2020.

TCE-PB. **Execução Orçamentária: Receitas**. [S. /], [entre 2014 e 2019]. Disponível em: <https://sagresonline.tce.pb.gov.br/#!/municipal/inicio>. Acesso em: 7 ago. 2020.